



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2018



TERESINA
2019



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988. Elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU Nº 170/2018, da Portaria TCU Nº 369/2018 e das orientações contidas no sistema e-contas.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Universidade Federal do Piauí.

Unidade responsável pela Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão:

Diretoria de Governança/PROPLAN/UFPI.

**TERESINA
2019**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

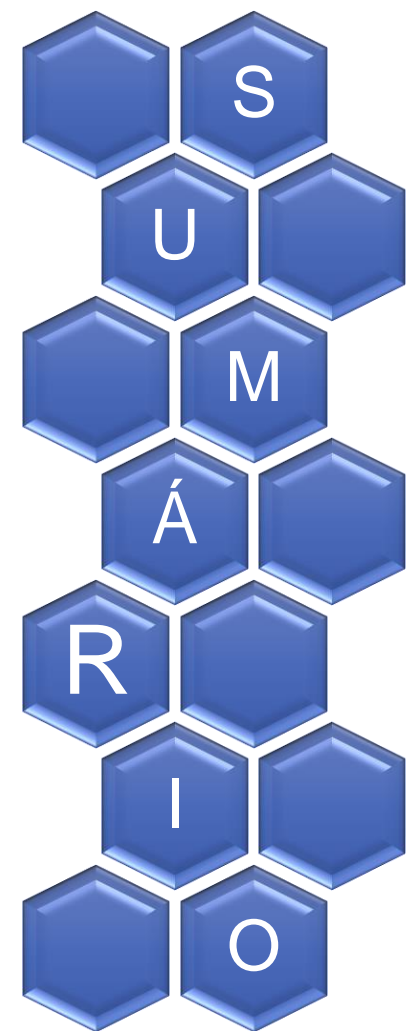
APCN – Avaliação de proposta de cursos novos	DGOV – Diretoria de Governança
APEC – Apoio à Participação em Eventos Científicos	DINTERS – Doutorados Interinstitucionais
ASSINTER – Assessoria Internacional	DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
AUDIN – Auditoria Interna	EAD – Educação a Distância
BAE – Bolsa de Apoio Estudantil	EBTT – Ensino Básico Técnico e Tecnológico
BIAE – Bolsas de Incentivo a Atividades Esportivas	FADEX – Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão
BCCB – Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco	FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
BF – Balanço Financeiro	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CAAC – Coordenadoria de Administração Acadêmica Complementar	FORGEPE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas
CAD – Conselho de Administração	FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí
CAE – Coordenadoria de Avaliação E Estatística	GEROP – Gerenciar Ordens de Pagamento
CAIS – Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança	HVU – Hospital Universitário Veterinário
CAMEN – Câmara De Ensino	IES – Instituições de Ensino Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
CCA – Centro de Ciências Agrárias	IGC – Índice Geral De Cursos
CCE – Centro de Ciências da Educação	ITA – Isenção da Taxa de Alimentação
CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras	LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo
CCL – Coordenadoria de Compras e Licitação	LOA – Lei Orçamentária Anual
CCN – Centro de Ciências da Natureza	LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
CCS – Centro de Ciências da Saúde	MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CDAC –	MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
CEAD – Centro de Educação Aberta e a Distância	MEC – Ministério da Educação
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
CETI – Comitê Executivo de Tecnologia da Informação	NBC TSP – Norma Brasileira Aplicada ao Setor Público
CFOPS – Coordenadoria de Programas e Cursos de Formação Profissional e Políticas Públicas	ODC – Operações de Despesas Correntes
CGE – Coordenadoria Geral de Estágios	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CMRV – Campus Ministro Reis Veloso	PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas	PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
CONSUN – Conselho Universitário	PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
COPESE – Comissão Permanente de Seleção	PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CPAD – Coordenadoria de Planejamento Administrativo	PCTIC – Plano de Contratações e Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação
CPCE – Campus Professora Cinobelina Elvas	PET – Programa de Educação Tutorial
CSHNB – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros	PIBEX – Programa Institucional de Bolsa de Extensão
CSPE – Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais	PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
CT – Centro de Tecnologia	PRAD – Pró - Reitoria de Administração
DAA – Diretoria de Administração Acadêmica	PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa	PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PREUNI – Prefeitura Universitária
PREXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROMISAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPESQI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
RNP – Rede Nacional de Pesquisa
RU – Restaurante Universitário
SCS – Superintendência de Comunicação Social
SDTI – Seminário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
SEBTT – Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Seminários de Iniciação Científica
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNCT – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRH – Superintendência de Recursos Humanos
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TSPG – Taxa de Sucesso na Pós-Graduação
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UGR – Unidade Gestora Responsável
USC – UNIDADE Seccional de Correição

VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA – Missão, Visão e Valores da UFPI
FIGURA – Organograma UFPI
QUADRO - Processos analisados na USC em 2018
FIGURA – Principais Assuntos das Demandas
FIGURA – Tipo de Manifestação das Demandas
FIGURA – Status das Demandas
FIGURA – Processo de Elaboração Relatório de Gestão 2018
QUADRO – Indicadores relacionados a Empresas Incubadas em 2018
QUADRO - Evolução Global do Orçamento de 2017 para 2018
QUADRO - Execução do Orçamento 2018 da UFPI considerando cortes e suplementações
QUADRO - Programas Institucionais atendidos com o orçamento
QUADRO - Execução orçamentária das ações 2080.4002, 2080.2994 e 2080.20GK
QUADRO - Execução orçamentária das ações 2080.20RK e 2080.20RL
QUADRO – Despesa de Pessoal
QUADRO - Gastos de contratações de serviços continuados - 2018: por finalidade
QUADRO - Demonstrativo da Alocação de Recursos por Origem e Objetivos, Programado e Executado
QUADRO - Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2018)
QUADRO - Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor
QUADRO - Quantitativo de cotas e recursos desembolsados (R\$) por editais das modalidades de Programas Institucionais de Bolsas à discentes
QUADRO - Programa de Bolsa Produtividade da UFPI (PQ UFPI) nos anos de 2016 a 2018
QUADRO – Projetos de pesquisa cadastrados na Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPESI) da UFPI, de acordo com as instituições de apoio e/ou fomento, nos anos de 2016 a 2018.
QUADRO – Síntese da análise das ações sobre infraestrutura para fomento às atividades de pesquisa mediadas pela PROPESQI: relação nos anos 2017-2018.
TABELA – Caixa e Equivalentes de Caixa
TABELA – Imobilizado – Composição
TABELA - Bens Móveis – Composição
TABELA - Bens Imóveis - Composição
TABELA - Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar a Curto – Composição
TABELA - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição
TABELA - Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante
TABELA - Fornecedores e Contas a Pagar - Contratantes
TABELA - Resultado Patrimonial do Período
TABELA - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas
TABELA - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas
TABELA - Receitas Arrecadadas por Categorias Econômica
TABELA - Previsão Atualizada da Receita X Receita Realizada
TABELA - Despesas por Categoria Econômica
TABELA - Despesas Correntes e de Capital Executadas por Grupo
TABELA - Descentralizações Recebidas
TABELA - Execução dos RPNP inscritos e reinscritos
TABELA - Execução dos RPNP inscritos e reinscritos por Grupo de Despesas
TABELA – Execução de RPNP por Grupo de Despesa inscritos em 31/12/2017
TABELA – Total Ingressos
TABELA – Receitas Arrecadadas por Natureza
TABELA - Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesa
TABELA – Total dos Dispêndios
TABELA – Composição das Despesas Orçamentárias
TABELA - Resultado Financeiro do Período
TABELA - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial e Final
TABELA - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa das Atividades
TABELA - Atividades Operacionais - Composição dos Ingressos
TABELA - Atividades Operacionais - Composição dos Desembolsos
TABELA - Atividades de Investimento - Composição dos Dispêndios



A presentação.....	6	Gestão de Licitações e Contratos	39
M ensagem do Reitor.....	7	Conformidade Legal.....	39
V isão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	9	Detalhamento dos Gastos das Contratações por Finalidade e Especificação dos Tipos de Serviços Contratados para o Funcionamento Administrativo	40
Missão, Visão e Valores.....	9	Contratações mais Relevantes.....	40
Estrutura Organizacional	10	Principais Desafios e Ações Futuras.....	41
Ambiente Externo	11	Gestão Patrimonial e Infraestrutura	41
Modelo de Negócios.....	11	Principais Investimentos de Capital (Infraestrutura e Equipamentos).....	41
P lanejamento Estratégico e Governança	12	Desfazimento de Ativos.....	42
Atuação da Unidade de Auditoria Interna	12	Locações de Imóveis e Equipamentos	42
Atividades de Correição de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	13	Gestão da Tecnologia Da Informação	42
Canais de Comunicação, Mecanismos de Transparência e Medidas Para Acessibilidade	13	Conformidade Legal.....	42
Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	14	Modelo de Governança de TI.....	43
Modelo de Governança da UFPI.....	16	Montante De Recursos Aplicados em TI.....	43
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	17	Contratações Mais Relevantes de Recursos de TI.....	43
R esultados da Gestão	20	Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos) e Resultados na Área de TI Por Cadeia de Valor	44
Graduação.....	20	Segurança da Informação	44
Pós-Graduação.....	23	Principais Desafios e Ações Futuras.....	44
Extensão.....	26	Gestão de Custos.....	44
Pesquisa.....	31	Sustentabilidade Ambiental.....	45
A locação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão	33	Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições	45
Declaração da Pró-Reitoria de Administração	33	D emonstrações Contábeis	47
Gestão Orçamentária e Financeira	34	Declaração do Contador Geral.....	47
Gestão de Pessoas	37	Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido	48
Conformidade Legal	37	Notas Explicativas.....	55
Avaliação da Força de Trabalho.....	37	Informações Gerais.....	55
Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas.....	38	Resumo Dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	55
Detalhamento da Despesa de Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionista) e Evolução dos Últimos Anos.....	39	A nexos e Apêndices	73
Avaliação de Desempenho.....	39	Declaração de Integridade	73
Capacitação: Estratégia e Números.....	39		



APRESENTAÇÃO

Bem-vindos! Este é o Relatório de Gestão da Universidade Federal do Piauí – Ano 2018. Este Relatório apresenta às comunidades interna e externa os resultados obtidos pelos órgãos da estrutura organizacional da Universidade (Unidades de Ensino e Administrativas) no desenvolvimento de suas ações e programas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, internacionalização, desenvolvimento institucional, assistência estudantil e gestão de pessoas. Desta forma, os dados e as informações aqui compiladas são de responsabilidade das diversas unidades/subunidades que compõem a UFPI.

Esse relatório refere-se ao ano de 2018 e segue a nova estrutura baseada no modelo de Relato Integrado desenvolvido pelo *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado, ou IIRC na sigla em inglês).

O Relatório de Gestão da Universidade Federal do Piauí – Ano 2018 foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo deliberativo da Instituição e está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 170/2018 e Portaria TCU Nº 369/2018:

- Mensagem do Reitor;
- Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo;
- Planejamento Estratégico e Governança;
- Gestão de Riscos e Controles Externos;
- Resultados da Gestão;
- Alocação de Recursos e Áreas Específicas;
- Demonstrações Contábeis;
- Anexos e Apêndices.

Boa Leitura!

MENSAGEM DO REITOR

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída sob forma de Fundação vinculada ao Ministério da Educação. O objetivo principal da UFPI para o quinquênio (PDI 2015-2019) foi consolidar-se entre as melhores instituições de educação superior do país, sendo referência nacional em ensino de graduação no Brasil.

Deste modo trabalhamos para melhorar os indicadores de qualidade da instituição. Tem-se incentivado a qualificação dos nossos servidores (técnicos-administrativos e docentes), além de expandir a oferta de cursos de pós-graduação.

Em 2015, a UFPI possuía 43 programas de pós-graduação. Em 2018, aumentou para 46 o número de programas. Em 2019, mais dois programas foram aprovados. Deste modo, totalizam-se 48 programas e 63 cursos, dentre os quais 37 mestrados acadêmicos, 10 mestrados profissionais e 16 doutorados.

Em relação às notas dos Programas de Pós-Graduação, a UFPI possuía na avaliação trienal da CAPES de 2013: 34 programas com nota 03, 11 programas com nota 04 e 01 programa com nota 05. Na avaliação quadrienal de 2017, evoluímos para 05 programas com nota 05 e 16 programas com nota 04. Esta evolução alcançada pelos programas nas notas 04 e 05, nos últimos anos, representa um desempenho bom e muito bom/excelente, respectivamente, com crescente qualificação e consolidação.

Em 2018, mais de 50% das notas dos Programas concentraram-se em 04 e 05. É interessante colocar que antes da Avaliação

Quadrienal da CAPES de 2017, as notas dos Programas de Pós-Graduação da UFPI concentravam-se aproximadamente 76% na nota 3, que aponta um desempenho regular.

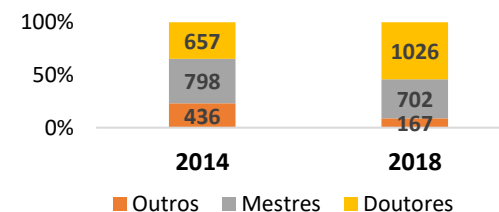
Em conjunto com a pós-graduação, evoluímos o percentual de doutores em nossa instituição.

Em 2018, o percentual dos professores doutores foi de 54,14%. Somando mestre e doutores superamos a marca de 90% dos docentes. Em 2014, apenas 35% dos nossos docentes eram doutores.



Prof. Dr. José Arimatéia Dantas
Lopes
Reitor

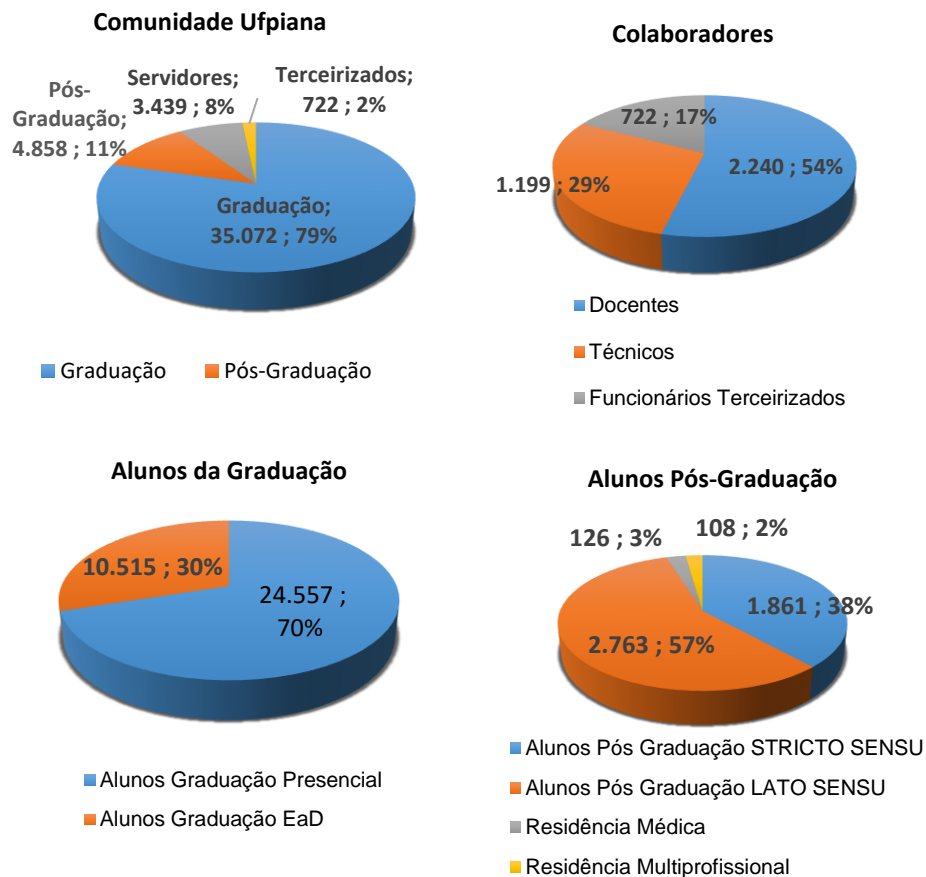
Evolução Qualificação Docente



Na graduação, tivemos melhora nos indicadores de qualidade, no último ciclo divulgado, de 2017 (ciclo das Engenharias e Licenciaturas). Comparando esse mesmo ciclo com o de 2014, 14,5% dos cursos foram avaliados com conceitos 04 e 05, já em 2017 este percentual subiu para 23,9%. Com destaque para os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo que obtiveram nota máxima, onde apenas 5,9% dos cursos avaliados em todo o Brasil chegaram nesta marca. Com a melhoria desses indicadores, ocorreu uma melhora no Índice Geral de Graduação (IGC).

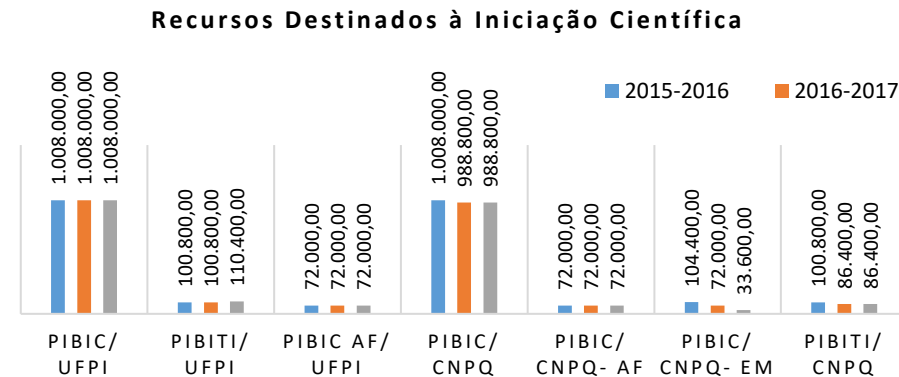
A UFPI tem na graduação seu grande público, mais de 24 mil alunos vinculados

à graduação presencial nos 05 campi e mais de 10 mil vinculados a graduação à distância em 40 municípios do Piauí e 02 da Bahia, atendendo a 35.072 apenas na graduação. A comunidade Ufpiana, é composta por 44.091 pessoas, distribuídos da seguinte forma:



Apesar da redução orçamentaria, a UFPI tem mudado algumas estratégias para alcançar seus objetivos. Deste modo, a UFPI vem mantendo seus editais ligadas a assistência estudantil, atividades de extensão, bolsas de pesquisa e apoio a produção científica.

No gráfico abaixo constata-se a manutenção do quantitativo de bolsas e recursos para Iniciação Científica. Ressalta-se ainda que houve um aumento considerável no número de projetos de iniciação científica voluntária: 541 (2015-2016); 588 (2017-2018) e 596 (2018-2019).



Uma das estratégias adotadas para suplementação orçamentaria foi apresentação de vários projetos para os ministérios e órgãos de fomento, desta forma conseguimos aumentar em mais de 40% a nossa dotação para investimentos e conseguimos quase 14 milhões para o custeio e manutenção das atividades da Universidade.

Quanto à extensão, no ano de 2018, a UFPI atingiu um público de mais de 212 mil pessoas.

No ano de 2018 iniciou-se o estudo para elaboração do Plano de Riscos da Universidade, do Plano de Integridade e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), já aprovados nos primeiros meses de 2019, demonstrando o compromisso da UFPI com a transparência e a preocupação com a prestação de contas para a sociedade.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

MISSÃO, VISÃO E VALORES

De acordo com o PDI (2014), a missão de uma instituição é a declaração do seu propósito e do seu alcance e refere-se ao papel da universidade dentro da sociedade, o que corresponde a uma declaração sobre o que a instituição é, sobre sua razão de ser. A visão descreve o futuro desejado, refletindo o alvo que se deseja atingir pelo conjunto de esforços individuais e coletivos resultantes da utilização eficiente de todo o arsenal de recursos: humanos, tecnológicos e financeiros.

O PDI 2010-2014 explicita os princípios que regem a Universidade e que representam, portanto, os seus valores, conforme figura abaixo.

FIGURA – Missão, Visão e Valores da UFPI



MISSÃO

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.



VISÃO

Ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável.



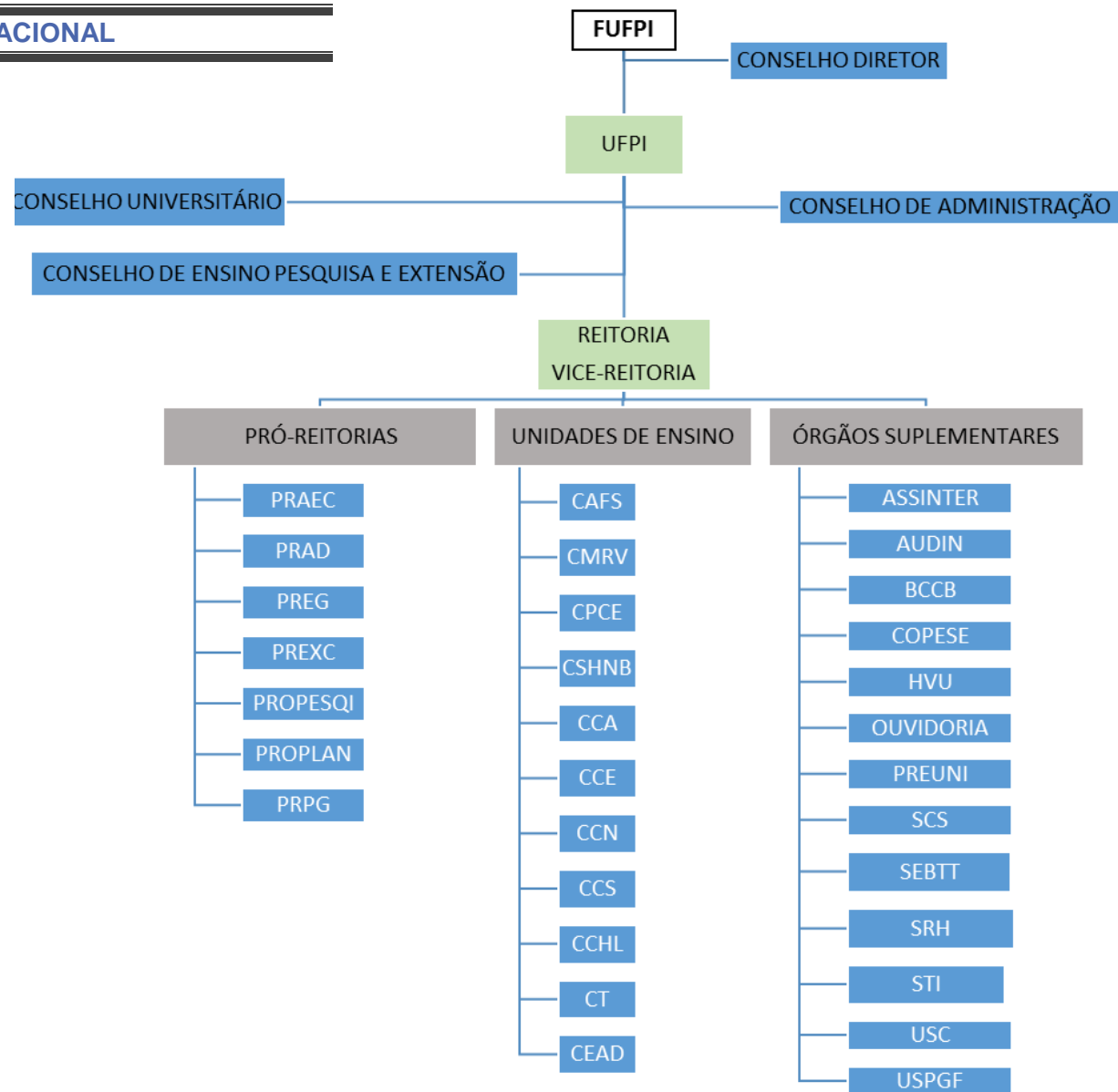
VALORES

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III - difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; IV - inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; V - Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Fonte: Adaptado do PDI UFPI 2010-2014

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

FIGURA – Organograma UFPI



Fonte: DGOV/PROPLAN

AMBIENTE EXTERNO

No ambiente externo, foram considerados como oportunidades: mercado de trabalho em expansão e pesquisa científica;

Foram consideradas como ameaças: retração da economia, limitando os investimentos, Crise econômica e social que pode comprometer o financiamento para a Universidade; Aumento do número de egressos do ensino médio sem um objetivo claro, o que pode estar afetando o índice de sucesso da UFPI; Maior competição por recursos em pesquisa e desenvolvimento entre as instituições de ensino para as agências de fomento; Dificuldades na captação de recursos junto às agências de fomento e iniciativa privada; Diminuição de investimentos em pesquisas pelos órgãos de fomento. No contexto estratégico da UFPI, destacam-se como pontos fortes no ambiente interno, ao se analisar os relatórios de autoavaliação e avaliação externa dos cursos de graduação e pós-graduação:

- O alto nível do corpo docente e servidores;
- O acompanhamento da execução do orçamento;
- Qualificação dos servidores;
- Relação entre professores, técnicos, alunos e pesquisadores;
- Bons laboratórios;
- Administração democrática nos vários níveis;
- Histórico;
- Inserção Regional;
- Comunicação com a comunidade externa;
- Apoio Discente, em especial por meio das políticas afirmativas;
- Relação com a sociedade.

MODELO DE NEGÓCIOS

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Pesquisa, Ensino e Extensão	Planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades do ensino de graduação presencial e à distância.	Curso criado e em funcionamento e alunos certificados	Alunos e Público de Modo Geral	Pró - Reitoria de Graduação (PREG) e Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD)
	Criação de programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu e Lato Sensu</i> presencial e à distância.	Curso criado e em funcionamento e alunos qualificados.		Pró - Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD)
	Apoio às atividades de pesquisa, produção científica e inovação.	Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Manutenção do Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC).		Pró - Reitoria de Pesquisa (PROPESQI)
	Planejamento e execução das atividades de Extensão Universitária	Consolidação da relação Universidade-Sociedade		Pró - Reitoria de Extensão (PREXC)
	Execução da Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento ao servidor da UFPI	Residência Universitária, Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), Atendimento Psicossocial, Pedagógico e Odontológico, Restaurante Universitário (RU), Bolsas de Incentivo a Atividades Esportivas (BIAE), Auxílio- Creche e etc.		Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela UFPI para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. As relações de causa e efeito representam a correlação causal existente entre os objetivos estão listados no Mapa Estratégico apresentado neste documento.

Ao longo de sua história a UFPI tem desenvolvido seu planejamento buscando atingir seus objetivos, os quais, conforme o PDI 2015-2019 podem ser listados como:

- **Responsabilidade Social:** Atuar de modo que as ações tenham impacto no desenvolvimento socioeconômico e na cultura local, contribuindo na formação de pessoas capazes transformar a sociedade, com responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento nas dimensões cultura, ambiental e socioeconômica.
- **Ensino, Pesquisa e Extensão:** Intensificar as ações de ensino, pesquisa e extensão com a articulação entre elas, buscando o bem comum da Universidade. Para isso, cada Pró-reitoria buscou o fortalecimento e potencialização de suas ações pela implantação e consolidação de seus projetos.

Tendo sempre por foco a melhoria constante dos cursos e a promoção de acesso aos alunos às atividades de extensão e pesquisa. Neste aspecto pode ser também ressaltado:

- O constante acompanhamento e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de forma a acompanhar as mudanças legais e a evolução da sociedade;

- A crescente internacionalização por meio de convênios e parcerias com instituições estrangeiras;
- Estímulo ao desenvolvimento de acolhimento da comunidade externa por meio de projetos de extensão.
- Ampliação e Aperfeiçoamento dos canais de comunicação com a comunidade interna e externa, por meio das mídias sociais e da ouvidoria;
- **Gestão:** promover práticas de governança considerando a participação da comunidade, o cumprimento das leis, a eficiência dos serviços, a transparência, a gestão de riscos e o plano de integridade.
- **Política de Pessoal:** promover a qualificação contínua do quadro de servidores, com ênfase nas competências e necessidades institucionais.
- **Infraestrutura:** a infraestrutura deve acompanhar o desenvolvimento da Universidade, com a atualização dos espaços visando a acessibilidade, a sustentabilidade e melhor acolhimento das demandas acadêmicas.
- **Aspectos Financeiros/ Orçamentários:** Gerenciar e aplicar o orçamento disponibilizado e buscar recursos para manutenção e expansão contínua da Instituição.

Para o ano de 2019 está em andamento a elaboração do PDI 2020-2024, com o propósito de integrar a plataforma For-Riscos desenvolvido pelos Pró-reitores de Planejamento das Universidades Federais que permitirá o estabelecimento de metas e objetivos mais mensuráveis e práticos.

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Relativamente às atividades de auditoria, do setor de Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade Federal do Piauí, em 2018, foram concentradas nos seguintes trabalhos:

Atividades de Auditoria	Escopo
Monitoramento do atendimento de recomendações da CGU e de determinações do TCU e do MEC (Controle Interno e Unidade Setorial de Correição)	Sistema Monitor (CGU) Sistema e-pessoal (TCU) Pendências de providências (MEC)
Avaliação da gestão de compras	Controles Internos da gestão de compras
Avaliação de egressos (PDI)	Metas do PDI
Avaliação da extensão (PDI)	Metas do PDI
Consultoria (construção de estratégia, definição de metodologia e realização de oficinas em conjunto com a Diretoria de Governança da Pró-reitoria de Planejamento)	Plano de Integridades Plano de Gestão de Riscos
Consultoria (discussão técnica)	Transparência Ativa Transparência Passiva Dados Abertos
Avaliação da carga horária docente	Conformidade (Resolução CEPEX 82/2000) e Ato da Reitoria 538/2009)

Fonte: AUDIN/UFPI

AUDIN

O Regimento Interno da AUDIN foi atualizado, por meio da **RESOLUÇÃO Nº 50/2018**, oficializando a alteração de sua vinculação do Conselho de Administração para Conselho Diretor da Instituição. Essa mudança visou a conferir maior independência à unidade, em razão de o Conselho Diretor ser a instância responsável pela aprovação da prestação de contas da entidade. O novo regimento também incorporou algumas atribuições introduzidas pelo **Decreto Nº 9.203/2017**: *avaliação dos instrumentos da Política de Governança da UFPI; Planos de Integridade e de Gestão de Riscos e Controle; uso de procedimentos de prevenção, detecção e investigação de fraudes; e adoção de abordagem de planejamento de suas atividades baseado em riscos.*

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Unidade Seccional de Correição – USC analisa os processos administrativos disciplinares e sindicâncias de responsabilização que envolvam servidores, os quais são regidos pela Lei Nº 8.112/90, e funcionários temporários, regidos

pela Lei nº 8.745/93. A atual comissão da USC foi constituída pelo **Ato da Reitoria Nº 199/18**, de 01/02/2018 e em 2018 e opinou da seguinte forma:

QUADRO - Processos analisados na USC em 2018

DESPACHO	QUANTIDADE
Arquivamento	150
Instauração de processo de responsabilização (PAD/Sindicância)	61
Realização de diligência/juntada de documento e/ou informação/parecer jurídico	44
TOTAL	255

Fonte: USC/UFPI

Por intermédio desta USC e em parceria com a Regional da CGU no Estado do Piauí, foi realizado o curso para a capacitação de servidores em Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de promover a capacitação de servidores para atuarem em processos de responsabilização com a obediência aos ditames legais e assim evitar as falhas que estavam sendo identificadas pela USC e que, conseqüentemente, estavam ocasionando a anulação administrativa dos processos. A USC também realizou o cadastro de 1 (um) processo no Sistema CGU-PJ.

Canais de Comunicação, Mecanismos de Transparência e Medidas para Acessibilidade

Para visualizar as informações sobre a Carta de Serviços ao Cidadão, os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade e as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, [clique aqui](#).

As informações não disponíveis no website da universidade podem ser solicitadas por meio do [Serviço de Informação ao Cidadão](#) ou pelo sistema de [Ouvidoria da UFPI](#).

A UFPI conta, ainda, com um trabalho com forte atuação nas redes sociais e grande *feedback*:



Além das ferramentas de comunicação e atendimento, via *Direct* e *Inbox*.

A UFPI instituiu a Comissão de Elaboração e Publicação dos Planos de Dados Abertos, que elaborou o [Plano de Dados Abertos](#) para que toda a comunidade tenha acesso aos dados referentes às atividades de diversas unidades administrativas da Instituição. Estas informações estão disponíveis para uso livre, e podem ser redistribuídas sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle: [Dados Abertos](#)

A UFPI por meio da SCS, PREUNI, PRAEC e STI vem implementando, de forma contínua, ações para que seja possível a aplicação plena das normas técnicas, leis e decretos que versem sobre acessibilidade, no âmbito dos espaços construídos e nos atendimentos realizados.

UFPI NAS REDES SOCIAIS

O *Instagram* da UFPI tem se destacado nacionalmente e internacionalmente. Em 2018 a UFPI chegou a ser a universidade pública brasileira **MAIS SEGUIDA** no *Instagram* conforme matéria publicada no site da UFPI, intitulada: [“UFPI é a universidade pública brasileira mais seguida no Instagram”](#) e está entre as **100** universidades mais seguidas do mundo.

A Ouvidoria e o e-SIC da Universidade Federal do Piauí também facilitam o acesso do usuário cidadão aos serviços prestados pela instituição, ampliando o entendimento e refletindo novas estratégias perante a comunidade acadêmica e a sociedade compartilhando suas necessidades, sejam elas: **críticas, reclamações, denúncia ou pedido de informações e até mesmo elogios**. Desde o mês de julho de 2016, a UFPI conta com uma nova

ferramenta no Sistema Integrado de Gestão (SIGAA): o **Módulo de Ouvidoria**, no qual permite um relatório, com uma dinâmica própria, pois atende as Instruções Normativas, configuram prazos, registra a unidade, facilita o encaminhamento, gera relatórios temáticos e gera avaliação dos serviços prestados pelo setor aos usuários.

BENEFÍCIOS DO MÓDULO OUVIDORIA:

Todas as manifestações poderão ser controladas e auditadas por meio de relatórios gerenciais, e ainda é possível o relatório geral de manifestações. Manifestações não respondidas, manifestações por unidade responsável, e ainda as manifestações fora do prazo.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

As figuras, abaixo, referem-se aos registros de manifestações coletados no período de janeiro a dezembro de 2018, recolhidos no Módulo de Ouvidoria do SIGAA. A UFPI aderiu ao e-OUV Controladoria-Geral da União (CGU) que é utilizado por 53 ouvidorias para receber e tratar manifestações. Esses órgãos, localizados nas diferentes regiões brasileiras, podem encaminhar manifestações entre si, formando uma rede.

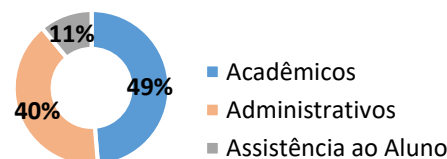


FIGURA – Principais Assuntos das Demandas

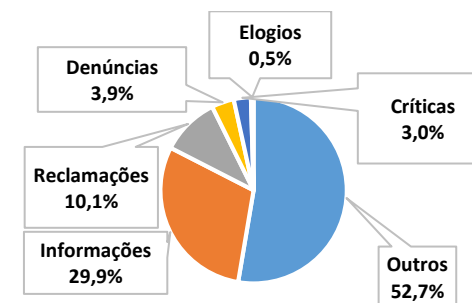


FIGURA – Tipo de Manifestação das Demandas

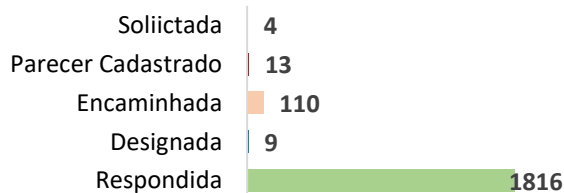


FIGURA – Status das Demandas

MAPA ESTRATÉGICO

A UFPI, por ser uma das maiores Universidades Federais do Brasil, necessita planejar-se em função dos desafios apresentados no âmbito internacional, nacional, regional e local. A Lei Nº10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o SINAES, instituiu a obrigatoriedade do planejamento estratégico nas instituições de ensino superior, na forma de um documento denominado de “Plano de Desenvolvimento Institucional” (PDI), que passou a integrar o processo avaliativo institucional do ensino superior. O mapa estratégico, abaixo, traduz o plano estratégico da UFPI e conforme o TCU, é um “processo de comunicação eficaz que retrata a forma pela qual as ações da organização se convertem em resultados que maximizem o cumprimento da missão institucional”.

Missão

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

Visão

Ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável.

Resultados
Institucionais

Produzir conhecimento

Articular nacionalmente e internacionalmente, buscando excelência no ensino, pesquisa e extensão

Formar profissionais, cidadãos, capazes de transformar a realidade

Ensino, Pesquisa e Extensão

- ✓ Fortalecer os cursos ofertados pela instituição.
- ✓ Intensificar atividades multidisciplinares integrando ensino, pesquisa e extensão.
- ✓ Promover convênios Nacionais e Internacionais, buscando novos recursos para a Universidade e o intercâmbio cultural.
- ✓ Fortalecer cursos de línguas e parcerias internacionais com a finalidade de promover a internacionalização da UFPI.

Gestão e Orçamento

- ✓ Descentralização orçamentaria, com autonomia aos centros de Ensino e aos campi na aplicação dos recursos financeiros destinados aos seus cursos.
- ✓ Aperfeiçoar as formas de contratação e aquisição em conformidade com o planejamento, proporcionando maior eficiência aos gastos.
- ✓ Promover planejamento e indicadores que possibilitem o acompanhamento e avaliação sistemática das ações aliadas aos objetivos.
- ✓ Promover a modernização de processos utilizando-se da tecnologia para solucionar problemas.

Pessoal

- ✓ Buscar excelência na qualificação do corpo técnico e docente.
- ✓ Buscar a adequação do quantitativo de servidores à necessidade da instituição.
- ✓ Valorizar os servidores através de uma gestão com foco em resultados.

Processos Internos

GOVERNANÇA

DISCENTES, SERVIDORES, CIDADÃOS EM GERAL

UFPI

Resolução CONSUN N°26/18 –
Cria Comitê Interno de Governança e institui a política de gestão de riscos e controle e o Programa de Integridade da UFPI.

INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA:

- TCU, CGU, MP

INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA:

- CONTROLE SOCIAL

INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

ORGÃOS DELIBERATIVOS:
(CONSUN, CAD, CEPEX)
ORGÃOS EXECUTIVOS:
(REITORIA, VICE-REITORIA, PRÓ-REITORIAS)

INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA:

- DIRETORIA DE GOVERNANÇA
- COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA
- COMISSÃO DE ÉTICA
- AUDITORIA INTERNA
- OUVIDORIA
- UNIDADE SECCIONAL DE CORREIÇÃO

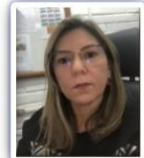
Administração Superior da UFPI (Órgãos Executivos)



João Xavier da Cruz Neto
Pró-reitor da PROPEAQ



Cleânia Sales Silva
Pró-reitora da PREXC



Adriana de Azevedo Paiva Santana
Pró-reitora da PRAEC



André Macedo Santana
Pró-reitor da PROPLAN



José Arimateia Dantas Lopes
Reitor



Nadir do Nascimento Nogueira
Vice-reitora



Romina Julieta Sánchez Paradizo de Oliveira
Pró-reitora da PREG



Lucas Lopes de Araújo
Pró-reitor da PRAD



Regina Lúcia Ferreira Gomes
Pró-reitora da PRPG

GESTÃO TÁTICA

(DIRETORES DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CENTRO E CAMPI)

GESTÃO OPERACIONAL

(COORDENADORES DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CURSOS E DEPARTAMENTOS)

GESTÃO

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Nas Universidades Federais, os controles internos são executados por todos os agentes públicos responsáveis pela condução de atividades ou tarefas relacionadas aos macroprocessos finalísticos e de apoio desenvolvidos na universidade. O gerenciamento dos controles internos e a gestão do risco devem ser realizados de forma integrada, pois são interdependentes. A identificação dos riscos promove a implementação/aperfeiçoamento dos controles internos resultando em novos panoramas organizacionais que podem, eventualmente, apresentar novos riscos. Os controles internos e a gestão de riscos devem ser direcionados pela missão da Universidade.

As ações realizadas internamente para operacionalizar e proteger os objetivos institucionais e para enfrentar/mitigar os riscos constituem **a primeira linha de defesa**. Podem ser considerados exemplos destes controles internos: editais para concessão de bolsas de assistência estudantil, monitorias, pesquisa ou extensão; conferência de documentos durante a matrícula institucional; roteiro para conferência de documentos nos processos de licitações, dispensa e inexigibilidades.

No âmbito da UFPI, a segunda linha de defesa será desenvolvida pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles, definido na Resolução no. aprovado pela [Resolução CONSUN Nº 026/18](#). Esta resolução estabelece a composição, os princípios, as

competências deste comitê. O Comitê de Governança, Riscos e Controles, tem como missão assessorar no desenvolvimento das políticas públicas da UFPI, baseado nas boas práticas de gestão como ativo estratégico, buscando contribuir de maneira eficaz com a sustentação dos serviços público providos pela instituição e com a viabilização de novas estratégias.

Nesta resolução consta as normas gerais, os princípios, composição, competências do Comitê Interno de Governança e da instituição da Política de Gestão de Riscos e Controle, o Programa de Integridade, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) e o Plano de Contratações e Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (PCTIC).

Por fim, integra a terceira linha de defesa da política de gestão de risco a Auditoria Interna, responsável por “proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos)” (art. 2º, inc. II, da IN Conjunta MP/CGU 01/2016).

À Auditoria Interna compete fornecer avaliações e assessoramento visando ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos ao alcance dos objetivos da UFPI.

No ano de 2018 iniciou-se o estudo para elaboração do Plano de Riscos da Universidade, [Plano de Integridade](#) e [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação \(PICDT\)](#), estes dois últimos já aprovados nos primeiros meses de 2019.

Para a elaboração do Plano Gestão de Riscos, inicialmente houve um diálogo com todas as áreas da Universidade, para identificar dentro de cada macro produto, quais os riscos associados, quais os riscos inerentes e quais seriam as medidas de tratamento para estes riscos. Esse diálogo deu-se através de reuniões compostas por representantes das câmaras temáticas específicas com o apoio e assessoramento da Diretoria de Governança, Auditoria Interna e Procuradoria Federal.

Na avaliação dos contextos (interno/externo) que envolvem os riscos observou-se que a maioria são causados por ausência de servidores e/ou servidores sem formação profissional, contingenciamento ou falta de recursos financeiros e ausência de recursos tecnológicos, ou seja, categoria pessoal, financeira/orçamentaria e tecnológica.

Foram estabelecidos como Macroprocessos o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, conforme apresentado na figura ao lado.

Ao final desse trabalho foram mapeados **mais de 120 riscos**. A distribuição dos riscos quanto a análise IMPACTO X PROBABILIDADE segue a tabela abaixo:

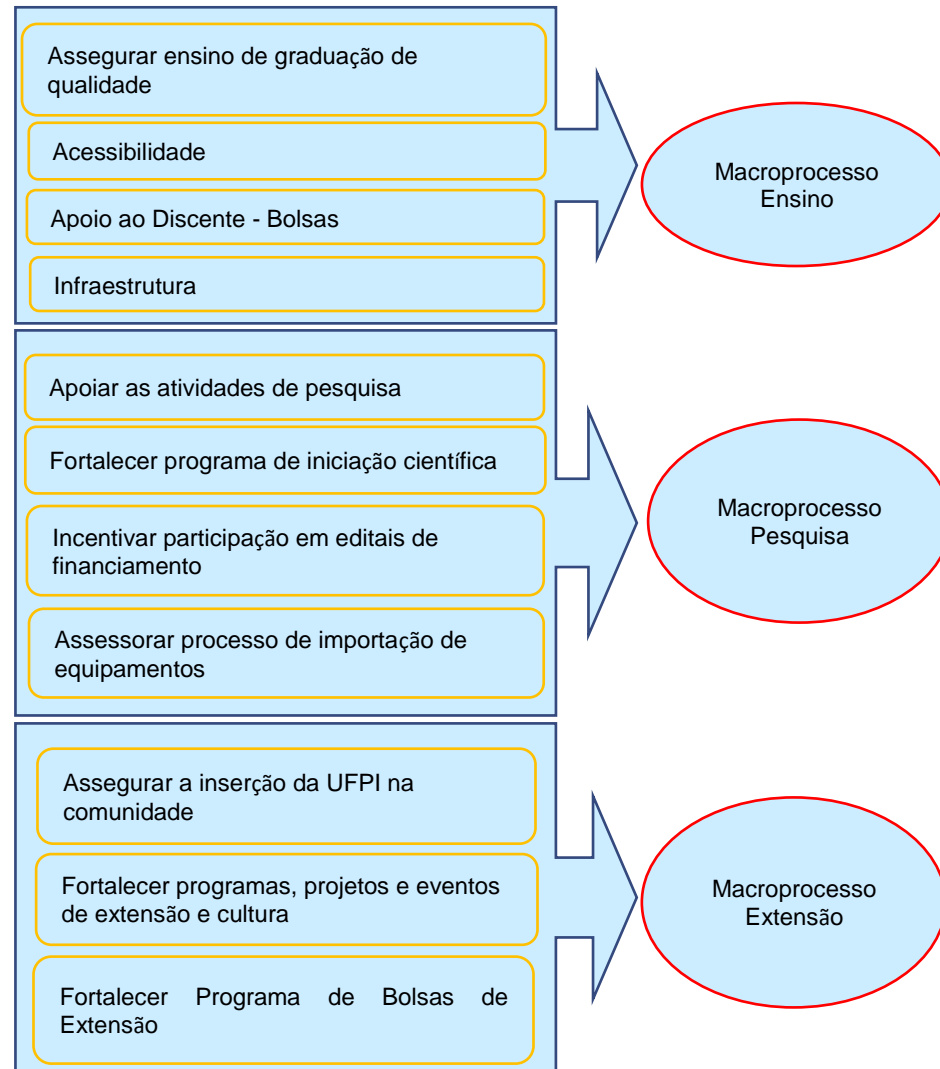
		Probabilidade					
		1	2	5	8	10	
Impacto	10		2		2		
	8	2	9	28	16	5	
	5	1	12	20	14	3	
	2	2	2	1			
	1	3					

Fonte: Elaborado com base no modelo da CGU.


Após a identificação, análise, avaliação e plano de tratamento dos riscos, segue o acumulado:

Classificação dos Riscos	Quant.	%	% Acumulado
Risco Baixo	36	30%	30%
Risco Médio	65	54%	84%
Risco Alto	19	16%	100%
Total Geral	120	100%	

Fonte: CPAD/UFPI



A etapa de monitoramento deverá ocorrer ao longo de um ano, a contar da data da aprovação do Plano de Gestão de Riscos. Cada responsável deverá acompanhar o comportamento dos riscos definidos, sugerindo intervenções, quando necessário. Para isso, propõe-se o uso da ferramenta 5W2H, estabelecida anteriormente pela 11ª IN Conjunta MP/CGU Nº. 1, de 2016 (BRASIL, 2016).

Já o [Plano de Integridade da UFPI](#) é um compromisso com os valores da ética, da transparência, da humanização e da responsabilidade social, definidos em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, norteadores das ações estratégicas da Instituição. Apresenta o compromisso da UFPI a perseguir o mais alto padrão institucional de zelo pelo interesse público e pela integridade. 

Esse compromisso estará evidente no cumprimento das medidas estabelecidas, no monitoramento das ações e na avaliação crítica que permita sua atualização, objetivos permanentes a serem alcançados.

O Plano de Integridade da UFPI, sob esse prisma, é um instrumento político e administrativo resultante de um esforço coletivo de agentes públicos – dirigentes e servidores – da instituição, devendo reger e dirigir nossas decisões e ações em prol da construção de uma Universidade íntegra, transparente e eficiente na entrega de seus serviços.

A Alta Administração da UFPI reconhece e destaca a importância estratégica da política institucional de gestão de riscos e de integridade, de tal forma a tornar mais seguras e efetivas as ações de enfrentamento ao risco e que o seu monitoramento deve ser a base para a geração da cultura de prevenção na Instituição.

A responsabilidade no plano operacional compete aos gestores por nível de hierarquia, observando-se que, na incidência de riscos, todos da unidade

devem ter conduta proativa, alertando aos responsáveis os perigos e consequências, em caso de não adoção de medidas corretivas ou saneadoras.

RESULTADOS DA GESTÃO

GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) é o órgão da Universidade Federal do Piauí encarregado do planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades do ensino de graduação. Com o apoio da Diretoria de Administração Acadêmica (DAA) e de suas coordenações: Coordenadoria de Administração Acadêmica Complementar (CAAC), Coordenadoria Geral de Estágio (CGE), Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais (CSPE), as quais foram planejadas conjuntamente e supervisionadas pela Coordenadoria Geral de Graduação e pelo Gabinete da Pró-Reitoria.

A PREG preza por uma política de ensino pautada no estímulo à pesquisa, à extensão, na implantação de novas formas de educação e tecnologias, e proporciona ~~em~~ condições favoráveis à melhoria do funcionamento da vida acadêmica e da qualidade dos cursos oferecidos.

A PREG é responsável pela coordenação, supervisão e efetivação de matrícula institucional de ingressantes na UFPI, participantes de vários processos seletivos (SISU, Portador de Diploma, Transferência Voluntária, Matrícula Intercampi) para ocupação das vagas disponibilizadas nos cursos presenciais regulares e efetivou um total de 6.302 matrículas institucionais no

ano de 2018 (excluindo-se os processos seletivos para preenchimento das vagas dos cursos de Licenciatura do Campus, Curso de Licenciatura em Letras-Libras, Licenciatura em Artes e Música, cujos processos seletivos são conduzidos pela Comissão Permanente de Seleção e Parfor (Plataforma Freire). Na PREG, tramitou em 2018, aproximadamente 50 mil processos administrativos e 400 processos judiciais.

Outra importante atribuição da PREG é a condução do programa de monitoria para os alunos de graduação e do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) para alunos do convênio PEC-G. No ano de 2018 foram disponibilizadas 996 vagas remuneradas e 1.246 vagas não remuneradas de monitoria.

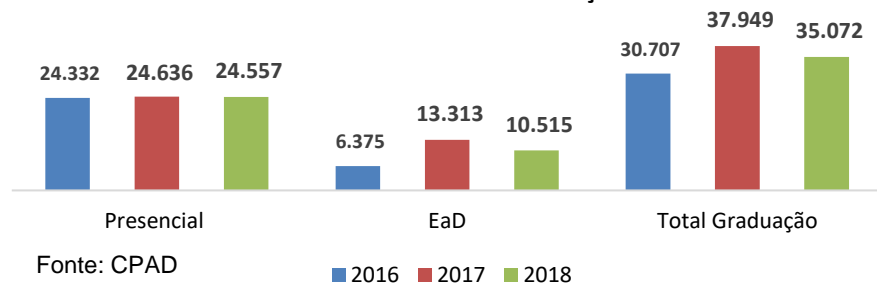
Há uma preocupação para que os docentes que ingressem na UFPI se apropriem das atividades e se integrem dentro da UFPI. Com este intuito, anualmente a PREG organiza o Seminário Docente, direcionado para os novos docentes, que versa sobre informações gerais da UFPI, sua estrutura organizacional, normas da graduação, utilização do sistema acadêmico, entre outros assuntos.

Principais indicadores da graduação:

A UFPI no ano de 2018 teve **35.702** matrículas ativas vinculadas à graduação, deste total 70% (24.557) são de alunos vinculados ao ensino presencial e 30% (10.515) são alunos matriculados na modalidade a distância - EaD. Os ingressos nos cursos de graduação são realizados principalmente através de [Vestibular EaD](#), e o [SISU](#) (Sistema de Seleção Unificado – MEC) no ensino presencial. Na modalidade de ensino presencial temos processo seletivo de

forma regular a cada semestre, na modalidade a distância a seleção é feita sobre demanda.

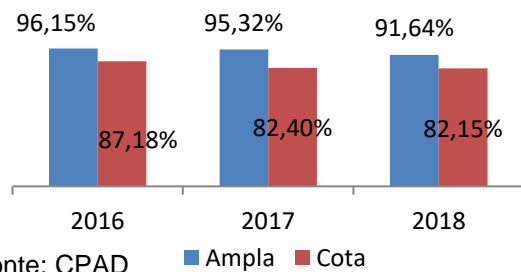
Alunos Matriculados Graduação



No ensino de graduação presencial, a UFPI ofertou seis mil e sessenta e três (6.063) vagas no ano de 2018. Onde 50% das vagas são ofertadas para alunos que realizaram seu ensino médio em escolhas da rede pública de ensino, em conformidade com a Lei N° 12.711 de 2012 e 13.409 de 2016, o restante das vagas são ofertadas para a ampla concorrência.

Observa-se que o preenchimento das vagas vem caindo, principalmente para

Preenchimento das Vagas Ofertadas

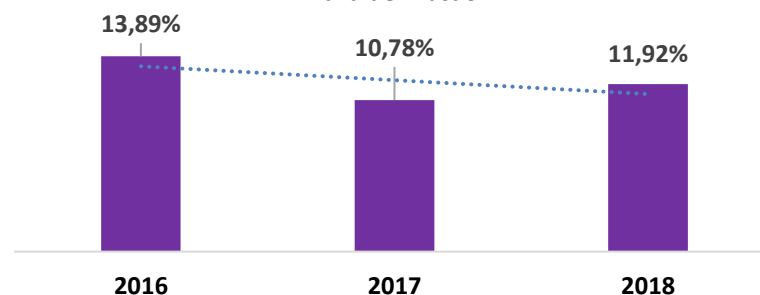


as vagas destinadas a cota após a alteração da lei de cotas onde o número de modalidades de cotas passou de 4 para 8, no processo seletivo 2017-2, acredita-se que seja uma adequação a mudança, visto que a taxa de

preenchimento do processo seletivo 2019-1, superou a do processo anterior. Evasão na UFPI, observa-se uma redução nesse indicador de ensino de graduação, no ano de 2016 a taxa era 13,89% e em 2018 atingimos uma taxa

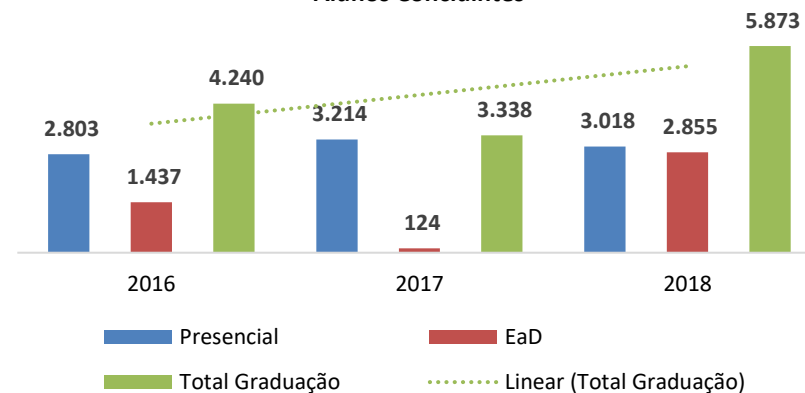
de 11,92%, esta redução se deve ao trabalho em conjunto de todas as instancias da UFPI que trabalham para proporcionar um ambiente favorável a formação do aluno, podemos destacar, revisão curriculares, bolsas de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, acompanhamento dos alunos por parte dos coordenadores de curso, entre outras atividades.

Taxa de Evasão



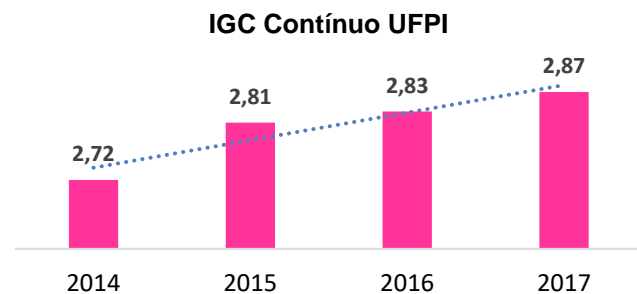
Neste ano de 2018, a UFPI obteve um recorde no número de concluintes: 5.873. Observa-se abaixo a série histórica da evolução do número de concluintes. A educação a distância, como não possui entradas regulares e anuais tem um impacto maior da sazonalidade.

Alunos Concluintes



Fonte: CPAD

O IGC contínuo, que corresponde a média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição, cresceu na última avaliação:



Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP

PROPOSTA DE TRABALHO DA PREG PARA 2019

DAA:

- ✓ Promoção de treinamento e habilitação de servidores dos diversos *campi* da UFPI para realização de matrículas;
- ✓ Permanente revisão e divulgação das novas rotinas e fluxos de processos administrativos, tornando a tramitação mais célere e transparente;
- ✓ Implantação das demais funcionalidades do SIGAA, no módulo Graduação, para melhor fluxo das rotinas acadêmicas e administrativas;
- ✓ Digitalização do acervo acadêmico da DAA;
- ✓ Implementação, em parceria com a STI, do atendimento on-line para emissão de documentos;
- ✓ Planejamento e operacionalização junto à STI do Diploma Virtual.

CAAC:

- ✓ Coordenação do Programa de Incentivo Acadêmico Profissional da UFPI;
- ✓ Planejamento do Seminário de Docência Superior;
- ✓ Recepção e acompanhamento da matrícula institucional e curricular dos alunos do Programa Estudante Convênio de Graduação - PEC-G;
- ✓ Realização e acompanhamento dos processos seletivos do PROMISAES e Bolsa Mérito;
- ✓ Elaboração e Acompanhamento dos Editais de Monitoria e de Mobilidade Acadêmica;
- ✓ Acompanhamento e emissão de certificados dos cursos cadastrados no Programa de Apoio Acadêmico.

CGE:

- ✓ Produção o Manual de Boas Práticas do setor de Estágio;
- ✓ Ajuste, atualização e proposição de Minuta de Resolução para Estágio Não Obrigatório;
- ✓ Identificação, por aluno, de todos os Termos de Estágio Não Obrigatório digitalizados, oriundos da CCENO/PREX;
- ✓ Realização de Oficina ou Seminário de Estágios na UFPI;
- ✓ Visitas aos cursos dos Campi fora da sede para melhor divulgação e orientação acerca do Estágio;

- ✓ Monitoramento do módulo de Estágio/SIGAA com vistas seu aprimoramento.

CSPE:

- ✓ Elaboração e acompanhamento de Editais para Vagas Remanescentes;
- ✓ Elaboração e acompanhamento de Editais de Cancelamento;
- ✓ Gestão colaborativa do Processo Seletivo por meio do SISU;
- ✓ Acompanhamento dos Programas Especiais da UFPI (LEDOC, PARFOR e EAD);
- ✓ Diminuição da judicialização nos processos seletivos para vagas remanescentes.

CGRAD:

- ✓ Gestão colaborativa do Processo Seletivo por meio do SISU;
- ✓ Assessoramento às Coordenações dos cursos de graduação com notas insatisfatórias no ENADE;
- ✓ Atendimento a discentes, docentes, coordenadores de Curso, chefes de Departamento e Diretores de Centro;
- ✓ Reunião com gestores para tratar dos números da Graduação na UFPI;
- ✓ Planejamento do Seminário de Docência Superior, em parceria com a CAAC;
- ✓ Gestão das ações afeitas à PREG, na ausência do Pró-Reitor.

Gabinete da Pró-Reitoria:

- ✓ Representação em Comissões e Conselhos Superiores da UFPI;
- ✓ Maior articulação com a CAE, PRAEC, PREXC, PROPESQUI e PRPG;
- ✓ Gestão das ações afeitas à PREG;
- ✓ Atendimento a discentes, docentes, coordenadores de Curso, chefes de Departamento e Diretores de Centro;
- ✓ Encurtar o prazo entre as reuniões da CAMEN.

PÓS-GRADUAÇÃO

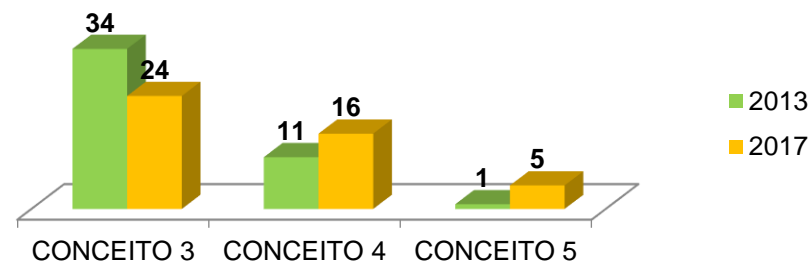
O crescimento dos cursos de pós-graduação stricto sensu na UFPI e a necessidade de busca por melhores conceitos das notas junto à Capes, levou à necessidade de ações pontuais para melhor qualificá-los. Neste sentido, em 2017, foi implantado o comitê de assessoramento da PRPG, que tem como objetivo apoiar os processos de avaliação de proposta de cursos novos (APCN) da Capes e seminários de acompanhamento da Pró-reitoria de Ensino de Pós-Graduação, avaliar projetos interinstitucionais, elaborar o plano estratégico da pós-graduação e atuar em outros processos de avaliação, proporcionando melhoria nas ações, e, conseqüentemente, fortalecendo os programas de pós-graduação. Este comitê teve papel decisivo no incremento de novos cursos e programas em 2018 e 2019.

Foram aprovados 08 APCN's, sendo 03 (três) Programas de Mestrados Acadêmicos, 05 (cinco) Cursos de Doutorados Acadêmicos, 01 (um) Doutorado em Associação entre UFPI e UFMA e ainda 01(um) Programa com Mestrado e Doutorado Acadêmicos.

A evolução alcançada pelos programas nas notas 04 e 05, nos últimos anos, representa um desempenho bom e muito bom/excelente, respectivamente, com crescente qualificação e consolidação destes. Em 2018, mais de 50 % (cinquenta por cento) das notas dos Programas concentraram-se em 04 e 05. É importante colocar que antes da Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017 (cuja divulgação ocorreu em 2018), as notas dos Programas de Pós-Graduação da UFPI concentravam-se aproximadamente 76% (setenta e seis por cento) na nota 03, que aponta um desempenho regular. O gráfico abaixo representa a evolução nas notas dos programas de Pós-graduação avaliados

pela Capes no triênio que encerrado em 2017, considerados para o próximo triênio.

GRÁFICO - Evolução do conceito Capes para os programas de Pós-graduação stricto sensu



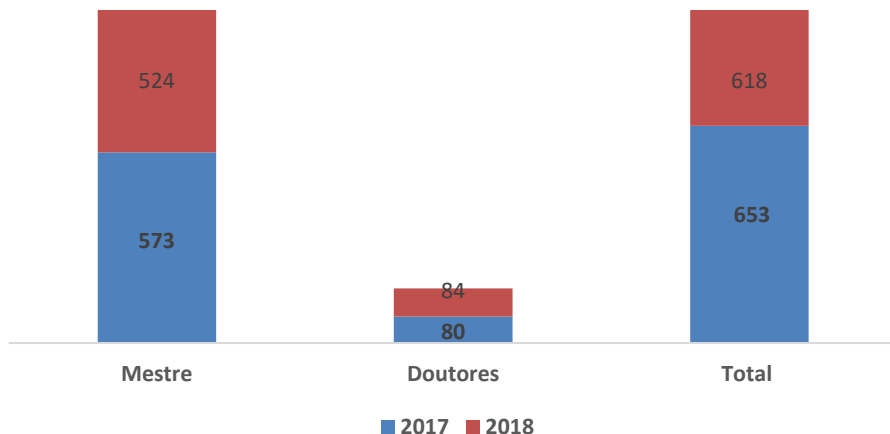
Fonte: PRPG/UFPI

Ainda em relação a aprovação de programas de Pós-graduação stricto sensu, importante registrar que em 2018 conseguimos a aprovação para um novo credenciamento do Mestrado em Ciência Política, a aprovação do Mestrado em Direito e a aprovação da fusão dos Programas de Agronomia/Fitotecnia e Agronomia/Solos e Nutrição de Plantas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, em Bom Jesus.

Foram aprovados também os Doutorados em Física, Letras, História, Matemática e Farmacologia, e o Mestrado e Doutorado em Tecnologias Aplicadas a Animais de Interesse Regional.

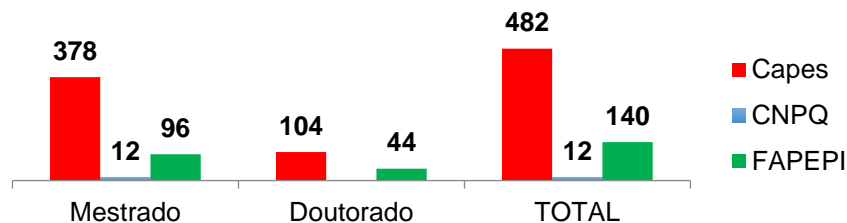
As médias da taxa de sucesso na Pós-Graduação (TSPG) no ano de 2018, para Mestrado e Doutorado da UFPI, foram de 0,41 e 0,45, respectivamente. Comparativamente as TSPG no ano de 2017, observamos um pequeno acréscimo (Mestrado/TS = 0,34 e Doutorado / TS = 0,43), provavelmente ocasionado pela quantidade de Programas que foram criados e que apresentaram discentes titulados.

Em 2018, tivemos 2.562 (dois mil, quinhentos e sessenta e dois) alunos matriculados, 1.017 (hum mil e dezessete) alunos ingressantes e 424 (quatrocentos e vinte e quatro) alunos titulados nos cursos stricto sensu. O gráfico, a seguir, apresenta o número expedição de diplomas de pós-graduação stricto sensu.



Fonte: PRPG/UFPI

A credibilidade da UFPI proporciona a cada ano um incremento na oferta de bolsas de estudos pelas agências de fomento (Capes-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Fapepi - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí), como pode ser visto no gráfico abaixo.



Fonte: PRPG/UFPI

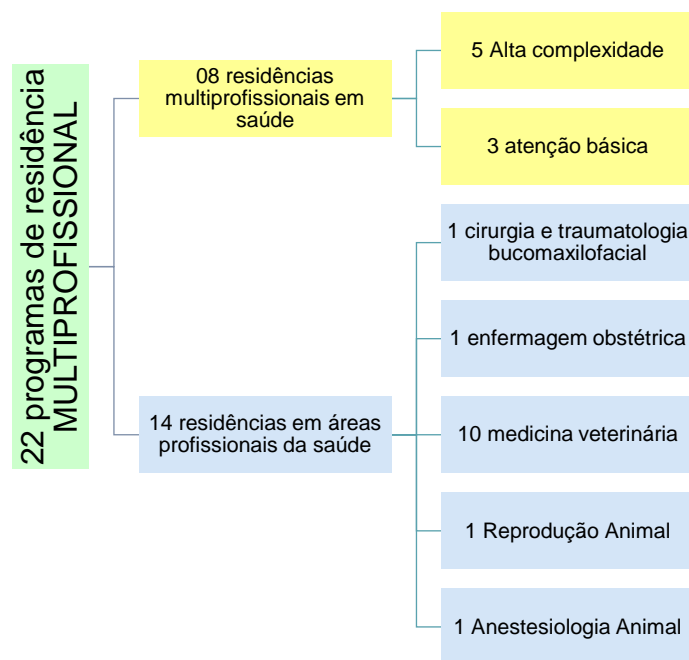
No ano de 2018, foram liberados pela CAPES recursos PROAP no valor de R\$ 781.850,11. Nos anos de 2017 e 2016, os valores do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) foram de R\$ 657.074,59 e 663.797,15, respectivamente. Estes valores diminuíram quando comparados com aqueles repassados nos anos 2015 e 2014, que foram na ordem de R\$ 1.400.000,00, indicando uma alteração nos investimentos para a Pós-Graduação.

A UFPI possuía em 2018, trinta cursos de especialização em funcionamento, totalizando 2.763 matrículas, sendo 23 cursos e 808 matrículas no ensino presencial e 07 cursos e 1.955 matrículas na educação à distância.

A formação profissional é destaque também na oferta de residências médicas e multiprofissionais pela UFPI. No ano de 2018, haviam 126 alunos matriculados em residências médicas e 108 alunos matriculados em residências multiprofissionais.



Fonte: PRPG/UFPI



Fonte: PRPG/UFPI

No investimento permanente para ampliação da qualificação docente e de técnicos administrativos da UFPI, várias estratégias foram adotadas, dentre elas destacamos a implementação de Programas especiais gerenciados pela CAPES, como os programas Interinstitucionais DINTER, MINTER e Turma Fora de Sede. Neste sentido, a UFPI tem estabelecido 07 (sete) DINTERs (Administração, Ciências Jurídicas, Educação, Engenharia Mecânica, Nutrição em Saúde Pública e Tecnologia), sendo que as primeiras turmas devem terminar em 2019. Cabe destacar que a meta do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG da CAPES é atingir um total de 67% de docentes doutores, atuando nas diferentes IES do Brasil, essa mesma meta consta no PDI da UFPI. Em 2014, o percentual de docentes com qualificação de doutorado em relação à quantidade de docentes da UFPI foi de 46,83%. Este valor atingiu

51,35% em 2016, 54,21% em 2017 e 60,60% em 2018. Com base no exposto, podemos mencionar que a meta não foi atingida, mas que esse quantitativo deverá aumentar ao longo dos anos, uma vez que a UFPI conta com 231 professores afastados para qualificação (interna, DINTER ou em outras IES), sendo que 12 para realizar cursos de Mestrado e 219 para Doutorado.

Atualmente, a UFPI conta no seu quadro permanente com 1.703 docentes distribuídos em cinco *Campi*, compreendendo os ensinos superior e médio. Deste total, 1.032 são doutores, 538 mestres, 119 especialistas e 14 são graduados, correspondendo respectivamente, aos seguintes percentuais: 60,60; 31,59; 6,99 e 0,82 %, respectivamente.

As quantidades de doutores e mestres aumentaram aproximadamente 6 e 2%, quando comparado ao ano anterior, indicando a melhor qualificação no seu quadro. No quadro técnico administrativo, contamos com 1.199 servidores, sendo 29 Doutores (2,42%), 165 Mestres (13,76%), 310 Especialistas (25,85%), 452 Graduados (37,70%) e 243 com 1º e 2º graus e 4ª série (20,27%). Assim, a UFPI continua mantendo sua política de qualificação tanto dos servidores docentes quanto dos servidores técnico-administrativos.

PROPOSTA DE TRABALHO DA PRPG PARA 2019

Stricto Sensu

- ✓ Abertura do Edital do Programa de Acompanhamento da Qualidade da Pós-Graduação, que tem como objetivo instituir o Comitê de Assessoramento da PRPG para discutir as ações da política da Pós-Graduação com vistas à qualificação e consolidação dos Programas;
- ✓ Abertura do Edital em Projetos Interinstitucionais (DINTER, MINTER e Turma Fora de Sede) a fim de planejar a formação de novos mestres e doutores da UFPI;
- ✓ Elaboração de proposta de resolução que dispõe sobre normas e procedimentos para os afastamentos de servidores técnico-administrativos e docentes pertencentes ao quadro permanente da Universidade Federal do Piauí para a participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Estágio de Pós-Doutorado, que será apreciada nos Conselhos Superiores;
- ✓ Realização do Seminário de Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação, com intuito de diagnosticar os problemas enfrentados pelos programas e traçar ações para melhor qualificação destes;
- ✓ Elaboração do Programa Institucional de Pós-Graduação da UFPI;
- ✓ Realização do III Ciclo de Palestras da PRPG, com objetivo de discutir temas relevantes para Pós-Graduação a fim de melhorar as ações desempenhadas;
- ✓ Atualização dos regimentos para funcionamento dos Programas de Pós-Graduação;
- ✓ Elaboração do Calendário Acadêmico dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, visando disciplinar as ações e atividades dos programas.

Lato Sensu

- ✓ Elaboração do Calendário Acadêmico dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, visando melhorar os trabalhos das coordenações de cursos;
- ✓ Confecção de uma cartilha de orientação aos cursos de residência, para melhor normatização e funcionamento dos mesmos.

EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC, da Universidade Federal do Piauí, tem como missão promover e executar as Ações de Extensão e Cultura

da UFPI na forma de intervenções que alcancem os anseios das populações, como processos acadêmicos, interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e políticos para a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, contribuindo com o processo formativo de seus acadêmicos, a produção e a socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação de necessidades da população do Estado do Piauí, em benefício da qualidade de vida, físico, moral, intelectual e econômica.

Desafios: Algumas situações externas têm interferido negativamente na atuação da PREXC, como a falta de financiamento do governo federal para a extensão universitária, dificultando o desenvolvimento de programas institucionais e de outras atividades de extensão com vistas ao atendimento das demandas da sociedade piauiense, especificamente das comunidades rurais. Entretanto, mesmo diante dessa realidade, evidencia-se o êxito de alguns projetos de extensão que, com o financiamento através de parcerias externas, tem possibilitado condições de subsistência, geração de renda e melhoria de vida para comunidades carentes, como é o caso dos projetos de extensão “Quintais Agroecológicos” e “sementes de cultura”.

Apesar destes avanços (cadastramento dos cursos, expedição dos seus certificados e a melhoria da qualidade das propostas destes cursos), ainda existem algumas dificuldades pertinentes ao processo de cadastro de novos cursos, como por exemplo: algumas propostas se apresentam sem definição do público externo à UFPI, o que descaracteriza o curso como sendo de extensão e outras são enviadas para a coordenadoria de eventos. Em ambas as situações, a fim de amenizar o atraso no trâmite, a CFOPS entrou em contato com os coordenadores para que fossem feitas as correções/adaptações.

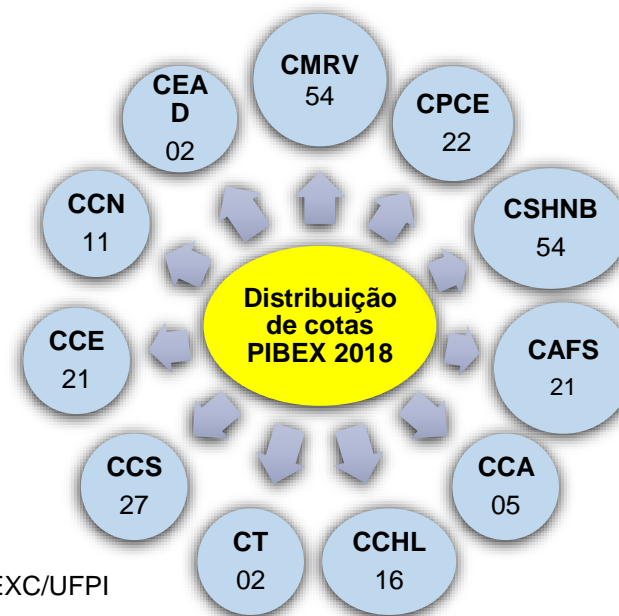
Entretanto, a maior dificuldade vivenciada foi a diminuição significativa da continuidade de novas etapas de alguns cursos já cadastrados e da proposição

de novos cursos, em função da suspensão de cobrança de taxas para os cursos de extensão impetrada pelo Ministério Público Federal em fevereiro de 2018, que inviabilizou a oferta destes cursos por falta de recursos financeiros. Seguem abaixo as informações e os indicadores quantitativos referentes aos Programas e Projetos de Extensão cadastradas e em execução ou executadas em 2018:



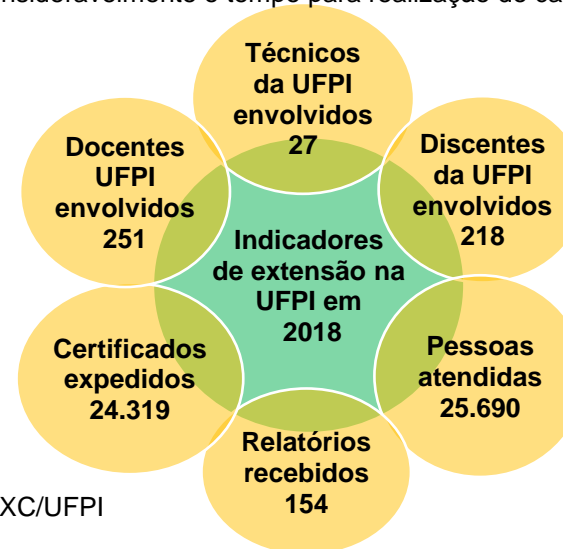
Fonte: PREXC/UFPI

Muitos Programas e Projetos de Extensão são contemplados com bolsas do PIBEX. O PIBEX/UFPI disponibilizou 235 bolsas, em regime de meritocracia, para estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFPI, com a finalidade de apoiar e desenvolver ações de Extensão Universitária. Além das cotas PIBEX, a UFPI disponibilizou 20 bolsas específicas para a Orquestra e 20 bolsas para o Coral da UFPI, para estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFPI, com a finalidade de apoiar e desenvolver as ações culturais, principalmente no que tange à cultura musical.



Fonte: PREXC/UFPI

No que se refere aos eventos de extensão da UFPI, algumas ações planejadas para 2018 foram viabilizadas, sobretudo no que se refere à agilidade cadastro de evento e expedição dos certificados. Observou-se uma melhoria na qualidade das propostas de eventos de extensão, anteriormente submetidas fora de padrão, acarretando a devolução dos mesmos e consequentemente, aumentando consideravelmente o tempo para realização do cadastro.



Fonte: PREXC/UFPI

As causas dessas melhorias residem, sobretudo: na atualização das Resoluções, adaptação do formulário de proposta para eventos de extensão e dos relatórios para certificação.

No princípio ocorreu uma dificuldade na formulação das propostas pelo público acadêmico, insistiam em enviar propostas em desacordo com as normas e formulários atualizados, porém as Coordenadorias responsáveis exerceram o papel de estabelecer uma comunicação aberta, clara e objetiva, tanto no que tange a elaboração dos pareceres quanto através de um contato direto por e-mail, telefone ou pessoalmente e da realização da PREXC Itinerante e das oficinas de elaboração e tramitação das ações de extensão.

As **Ligas Acadêmicas** são uma entidade civil primordialmente estudantil com participação obrigatória de docentes, sem fins lucrativos e que tem à sua frente um grupo de estudantes que decidem aprofundar seus estudos em uma área específica do conhecimento, atendendo demandas da população, favorecendo a relação ensino, pesquisa e extensão.

Em 2018, a PREXC institucionalizou as Ligas Acadêmicas, através da aprovação, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI), a Resolução N° 104/2018 que traz o Regimento das Ligas Acadêmicas no âmbito da UFPI, estabelecendo normas para a sua criação, cadastramento e funcionamento enquanto Programa Especial de Extensão. Tal resolução foi uma conquista para os discentes e docentes participantes das Ligas Acadêmicas, que historicamente vinham desenvolvendo atividades de extensão, articuladas com o ensino e a pesquisa, de grande relevância acadêmica e social, necessitando de um reconhecimento legal dessas atividades. Também representou uma conquista para a própria PREXC e a Administração Superior da UFPI, enquanto órgãos gestores que reconheceram, valorizaram e institucionalizaram o protagonismo estudantil na academia.

Em dezembro de 2018, chegaram à CFOPS 15 (quinze) processos de criação/regularização de Ligas Acadêmicas no âmbito da UFPI, no centro de Ciências da Saúde - CCS. Tais processos encontram-se em fase de diligências para posteriormente realização de cadastro definitivo.

O Programa de **Incubação de Empresas** da Universidade Federal do Piauí foi criado em 2003 por iniciativa e parceria com o Sebrae/PI e com suporte financeiro de editais do Programa Nacional de Incubação de Empresas do Ministério de Ciências e Tecnologia.

Atualmente, existem 03 três empresas cadastradas. Em 2018, a INEAGRO lançou um edital para Seleção de novas empresas. Abaixo seguem os dados das empresas incubadas cadastradas e as novas empresas selecionadas no referido Edital.

QUADRO – Indicadores relacionados a Empresas Incubadas em 2018

Empresas Incubadas cadastradas	Empresas Incubadas selecionadas
FITO FIT -micro indústria de gêneros alimentícios e produtos nutraceuticos	NEWHOPE – Terapias inovadoras em Saúde Animal
ECODRYTEC – Desidratadora Solar de frutas e hortaliças	TUTOR VIRTUAL – Plataforma Digital
FAVEIRA AGROPECUÁRIA – nutrição de ruminantes)	ORGÂNICOS – Hortas em Pequenos Espaços
	GARAGEM ORGÂNICA – Delivery de Alimentos
	QUEENBEE – Comercialização de Abelhas Rainhas ApisMellifera

Fonte: PREXC/UFPI

A **Empresa Junior** é uma Associação Civil sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ com estatutos registrados em Cartórios de Registros, de cunho educacional, social, científico e tecnológico, que presta serviços e desenvolve projetos para empresas, entidades e sociedade em geral, constituída por alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da

UFPI e geridas exclusivamente por eles, sob a orientação e supervisão de professores do quadro da UFPI, aptos a tal fim. No âmbito da UFPI ela foi reconhecida institucionalmente como Programa Especial de Extensão, através da Resolução 120/2014 – CEPEX, que trata de sua regulamentação e funcionamento. Pelas características funcionais que desenvolvem, principalmente pela troca de valores acadêmicos e profissionais para com o mercado globalizada da região, as Empresas Juniores da UFPI são cadastradas na CFOPS/PREXC. Contudo, muitas empresas juniores têm enfrentado dificuldades de serem regulamentadas em função da densa exigência documental para a abertura de uma Empresa Júnior. Encontra-se relacionadas nesta Coordenadoria 17 (dezessete) Empresas Juniores, distribuídas nos *Campi* de Parnaíba, Bom Jesus. Picos, Floriano e Teresina. 04 (quatro) já estão regularizadas.

O **Programa PET** é composto por grupos tutoriais de aprendizagem, sob a orientação de um professor tutor, e são organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

Na UFPI, o PET está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão – PREXC. Atualmente possui 10 (dez) grupos PET, cada grupo coordenado por um professor tutor e composto de até 12 alunos. Cada discente recebe uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês e cada tutor R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por mês. Além disso, o tutor recebe, anualmente, o valor equivalente a uma bolsa por estudante participante, a ser aplicado integralmente no custeio das atividades do grupo. Cada grupo poderá receber até R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) por ano, dependendo da quantidade de estudantes bolsistas e da disponibilidade orçamentária anual.



Indicadores relacionados ao PET/UFPI em 2018

Nº de Grupos PET: 10

Nº de Tutores : 10

Nº de Discentes Bolsistas: 114

Nº de discentes Voluntários: 21

Total de bolsas para Tutor(R\$): 22.000,00

Total de bolsas para Discente (R\$): 45.600,00

Total do Custeio (RS): 36.800,00

Fonte: PREXC/UFPI

Além das atividades descritas, a PREXC é responsável pelo gerenciamento dos Espaços Culturais da UFPI (Noé Mendes, Rosa dos Ventos, Cine Teatro e Coreto da Praça Teresa Helena Napoleão do Rego. Para a utilização pela comunidade interna e externa da UFPI existe um conjunto de normas de uso, em como um Termo de Responsabilidade e um Regimento Interno que espelham as políticas de usufruto por parte da comunidade acadêmica e comunidade piauiense. O objetivo é fomentar eventos e resguardar de forma consciente o patrimônio da UFPI. Os indicadores relacionados ao uso dos espaços culturais, em 2018, foram: **Cine Teatro (53)**, **Espaço Rosa dos Ventos (27)** e **Espaço Noé Mendes (57)**.

PROPOSTA DE TRABALHO DA PREXC PARA 2019

- ✓ Trabalhar por uma política de gratuidade das ações de extensão e cultura;
- ✓ Elaborar minutas das Resoluções que regulamentam o uso dos espaços culturais na UFPI e do funcionamento das Empresas juniores, de modo que se adequem às novas demandas oriundas dos diversos setores, bem como reelaborar Editais, Formulários, Termos de Compromisso, relatórios, entre outros documentos que se fizerem necessários;
- ✓ Editar e aprovar as Resoluções que regulamenta as Associações Atléticas Acadêmicas enquanto Programas Especiais e a criação e o funcionamento dos Núcleos de Extensão da UFPI;
- ✓ Avaliar as proposições de extensão e cultura do PDI (2015-2019) e elaborar as proposições referentes ao PDI (2020 -2024);
- ✓ Realizar o II Ciclo de Palestras da PREXC na UFPI;
- ✓ Realizar o IX Seminário de Extensão e Cultura e VI Mostra de Comunidades da UFPI – VIII SEMEX;
- ✓ Dar continuidade à publicação da Revista Eletrônica de Extensão e Cultura da UFPI, em especial a que organizará os trabalhos do VII e VIII SEMEX;
- ✓ Propor e realizar eventos com o objetivo de atrair agentes de financiamento e cooperação para os projetos de extensão da UFPI;
- ✓ Aprovar a Resolução que regulamenta a Curricularização da Extensão na UFPI;
- ✓ Implantar o processo de Curricularização da Extensão na UFPI;
- ✓ Prestar assessoria a todos os campi e centros no processo de Curricularização da Extensão na UFPI;
- ✓ Lançar o módulo de Extensão no SIGAA e migrar banco de dados da PREXC;
- ✓ 15. Normatizar a emissão de certificados e declarações emitidas pelas coordenadorias da PREXC;
- ✓ Criar o Comitê Permanente de Extensão
- ✓ Criar/atualizar indicadores da extensão no que diz respeito ao planejamento e relatório dos projetos e ações extensionistas;
- ✓ Promover maior interação, integração e comunicação da PREXC com os extensionistas e com a comunidade em geral;
- ✓ Concluir a elaboração do Plano de Cultura da UFPI e implementá-lo;
- ✓ Realizar as seguintes atividades culturais: Encontro de Dança da UFPI em parceria com o SESC; I Mostra de Cinema da UFPI; I Encontro de Cultura Popular da UFPI e I Colóquio de Arte e Inclusão de crianças portadoras de Transtorno do Espectro do Autismo -TEA.
- ✓ Desenvolver e incentivar ações extensionistas voltadas para o lazer e as atividades esportivas;
- ✓ Desenvolver novas metodologias de trabalho que garantam maior celeridade no que tange à tramitação dos processos relacionados às ações de extensão na UFPI;
- ✓ Apoiar, no que for necessário, a Calourada Institucional, bem como outros eventos da Administração Superior, assim como os eventos cadastrados na PREXC, inclusive os promovidos pelas entidades estudantis;
- ✓ Participar dos espaços de discussão das políticas extensionistas promovidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

PESQUISA

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI), em substituição a então denominada Pró-Reitoria de Pesquisa, foi regulamentada em três de janeiro de 2018, por meio da [Resolução Nº 03/2018-CAD/UFPI](#), a partir da reforma promovida pela Administração Superior da UFPI, sinalizando a necessidade estratégica de fortalecer a atuação da UFPI nas vertentes da pesquisa e inovação no país. Os principais resultados obtidos em 2018 foram agrupados considerando-se os três Macro produtos finalísticos.

MACRO-1: APOIAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA. Por meio de programas que tem dado suporte aos pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação da UFPI e eventos para divulgação das pesquisas (Seminários de Iniciação Científica (SIC) e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SDTI), e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)).

QUADRO - Quantitativo de cotas e recursos desembolsados (R\$) por editais das modalidades de Programas Institucionais de Bolsas à discentes

Programa/ Fonte	2015-2016		2016-2017		2017-2018		Valor total
	Nº cotas	Desembolso (R\$)	Nº cotas	Desembolso (R\$)	Nº cotas	Desembolso (R\$)	
PIBIC*/UFPI	210	1.008.000	210	1.008.000	210	1.008.000	3.024.000
PIBITI**/UFPI	21	100.800	21	100.800	23	110.400	312.000
PIBIC Af***/UFPI	15	72.000	15	72.000	15	72.000	216.000
ICV****/UFPI	541	-	588	-	596	-	-
ITV*****/UFPI	-	-	1	-	8	-	-
Subtotal	787	1.180.800	835	1.180.800	852	1.190.400	3.552.000
PIBIC/CNPq	210	1.008.000	206	988.800	206	988.800	2.985.600
PIBIC/CNPq- Af	15	72.000	15	72.000,00	15	72.000,00	216.000,00

PIBIC/ CNPq- EM	87	104.400	60	72.000	28	33.600	210.000
PIBITI/ CNPq	21	100.800	18	86.400	18	86.400	273.600
Subtotal	333	1.285.200	299	1.219.200	267	1.180.800	3.685.200
Total	1.120	2.466.000	1.134	2.400.000	1.119	2.371.200	7.237.200

Fonte: PROPESQI/UFPI

* Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; ** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; *** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas; **** Programa de Iniciação Científica Voluntária; ***** Programa de Iniciação Científica Tecnológica Voluntária

QUADRO - Programa de Bolsa Produtividade da UFPI (PQ UFPI) nos anos de 2016 a 2018

Ano	Período do Ano (nº de meses)	Edital	Nº de bolsistas	Recursos (R\$)	Recursos (R\$) por ano
2016	JAN-OUT (10)	01/2015	10	R\$ 90.000,00	R\$ 102.600,00
	DEZ (1)	01/2016	14	R\$ 12.600,00	
2017	JAN-NOV (11)	01/2016	14	R\$ 138.600,00	R\$ 176.400,00
	JUN-DEZ (7)	01/2017	6	R\$ 37.800,00	
2018	JAN-MAIO (5)	01/2017	6	R\$ 27.000,00	R\$ 149.400,00
	JUN-AGO (3)	01/2018	20	R\$ 54.000,00	
	SET-DEZ (4)	01/2018	19	R\$ 68.400,00	
Total concedido					R\$ 428.400,00

Fonte: PROPESQI/UFPI

Foram contemplados com o Programa Institucional de Incentivo à Produção Intelectual **41 docentes em 2017 e 147 docentes em 2018**, resultando no investimento de R\$64.150,00 (2017) e R\$282.600,00 em 2018.

O número de projetos cadastrados na PROPESQI com financiamento externo cresceu **126,7%** no período de 2016 a 2017, de 2017 a 2018 decresceu em 50,0%. Com relação aos valores financiados, para os dois períodos, foram, respectivamente, de 9,3% e -31,8%, conforme quadro abaixo.

QUADRO – Projetos de pesquisa cadastrados na Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPESI) da UFPI, de acordo com as instituições de apoio e/ou fomento, nos anos de 2016 a 2018

Instituições de apoio e/ou fomento	2016		2017		2018	
	Valor (R\$)	Nº projetos	Valor (R\$)	Nº projetos	Valor (R\$)	Nº projetos
UFPI ¹	-	428	-	220	-	253
CAPES	-	-	102.600,00	1	114.300,00	1
Ag. Nacional de Petróleo – Shell	-	-	-	-	250.000,00	1
Instituto Evandro Chagas	-	-	-	-	34.840,00	1
CNPq	350.928,00	7	616.457,18	20	483.097,39	14
FAPEPI	125.873,00	4	311.070,97	9	-	-
Outros	707.001,50	4	-	-	-	-
FINEP	-	-	220.010,00	1	-	-
Fulbrigh	-	-	48.000,00	1	-	-
Boticário	-	-	26.400,00	1	-	-
FADEX	-	-	17.400,00	1	-	-
Externo: Subtotal	1.183.802,50	15	1.293.938,15	34	882.237,39	17
Externo: valor médio p/projeto	78.920,17	-	38.057,00	-	51896,32	-
Total	1.183.802,50	441	1.293.938,15	249	882.237,39	273

Fonte: Coordenadoria de Pesquisa e Inovação - CPESI/PROPESQI/UFPI

Nota:¹ Recursos não definidos

MACRO-2: APOIAR OU EXECUTAR ATIVIDADES DE FOMENTO À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E A INOVAÇÃO. Promover a disseminação interna dessas temáticas, com metas de realizar um evento anual e três atividades de capacitação, que foram inseridos na programação

do SDTI de 2018. Essa meta foi, inclusive superada, com a realizado um evento: Workshop Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Financiamento de Pesquisa, cujo objetivo era fortalecer as ações no âmbito estadual para viabilizar a construção de um parque tecnológico da UFPI.

MACRO-3: PROMOVER A AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. Foi realizado o I Workshop de Acesso ao Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SIGGEN) da UFPI.

Quanto ao histórico de execução dos projetos de aporte de infraestrutura para pesquisa financiado pela FINEP, cabe destacar que o desembolso anual médio por meio desta instituição foi de R\$ 3.000.000,00 nos últimos 5 (cinco) anos, sendo R\$ 2.300.000,00 no ano de 2018.

Ainda quanto a captação de recursos externos junto a FINEP, houve a captura de dois novos projetos aprovados em 2018: de manutenção de equipamentos multiusuários, no valor R\$ 1.500.00,00; e, o de Ampliação do Núcleo de Caracterização Estrutural e Vibracional de Materiais, no valor de R\$ 1.406.288,80.

Por fim, ainda merece salientar o cumprimento de outras metas estimadas no exercício de 2017, conforme demonstrativo apresentado no Quadro abaixo.

QUADRO – Síntese da análise das ações sobre infraestrutura para fomento às atividades de pesquisa mediadas pela PROPESQI: relação nos anos 2017-2018

Ação proposta em 2017	Avaliação em 2018 - Detalhamento e/ou Justificativa
AC-1- Cadastrar a UFPI no novo sistema Cadastro de Instituições de Uso Científico de Animais (CIUCA), de acordo com as normas do CONCEA	Concluída. Foram registrados os 14 (quatorze) Biotérios distribuídos e cadastrados nos vários Campi, sendo: 9 (nove) no Campus Senador Petrônio Portela (Teresina), 1 (um) no Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba); 1 (um) no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos); 1 (um) no Campus Amílcar Ferreira Sobral (Floriano); 2 (dois) no Campus Profa. Cinobelina Elvas (Bom Jesus).

AC-2- Cadastrar todos os Responsáveis Técnicos (RTs) pelos Biotérios no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);

Em andamento, faltando concluir 20%. Dos 8 (oito) RTs, 6 (seis) foram cadastrados, enquanto 2 (dois) aguardam o deferimento da assembleia do CRMV.

AC-3 - Promover a reestruturação da infraestrutura predial dos biotérios da UFPI.

Em andamento, sendo concluído 10%. Processos de reformas e/ou construção dos Biotérios estão na PREUNI/UFPI, aguardando a elaboração de planta baixa, levantamento de custos e recursos financeiros para execução e/ou dotação orçamentária. Nos Biotérios dos animais de produção no Departamento de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias e no setor de animais silvestre estão sendo realizados levantamentos específicos sobre as espécies animais, finalidade e estrutura das instalações. A PROPESQI envidou esforços no sentido de melhorar a infraestrutura do Biotério Central de animais de laboratório, visando atender a legislação vigente. No Edital FINEP, foi estabelecida a prioridade da construção deste Biotério, porém, não foi contemplado com recursos financeiros. Também, houve o empenho no sentido de melhorar o funcionamento do Biotério Central, com a construção de um muro que ainda tramita pelo CCA.

Fonte: Unidade dos Biotérios - UNIBIO/UFPI, 2019

Os desafios impostos no cenário externo trazem consigo a importância de fortalecer os Grupos de Pesquisa e as parcerias intra e interinstitucionais. Essa recomendação encerra um dos principais propósitos dentro das estratégias da UFPI para o ano de 2019, que é minimizar o relativo potencial de ameaça nos descumprimentos de plano de execução das pesquisas, de modo que as curvas ascendentes da UFPI em diversos parâmetros, especialmente no número de bolsistas produtivos e de publicações em periódicos de elevado fator de impacto permaneçam nessa trajetória de evolução. Por outro lado, a UFPI precisa avançar na captação de recursos externos, que foram decrescentes nos últimos 3 anos.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Declaração da Pró-Reitoria de Administração

A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) está diretamente subordinada à reitoria e suas competências estão definidas no Regimento Interno da Reitoria aprovado por meio da Resolução N° 026/96. Tem por missão assegurar o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da execução das ações de gerência, fiscalização e operação dos seus serviços de logística e infraestrutura operacional, dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019).

Cabe à PRAD coordenar, dirigir e executar as atividades relativas à administração de material, patrimônio móvel, contratos, serviços de protocolo, aquisições e execução orçamentária e financeira. As ações administrativas são coordenadas pela Diretoria Administrativa, as relativas aos procedimentos de aquisição pela Coordenadoria de Compras e Licitação e a execução orçamentária e financeira fica por conta da Diretoria de Contabilidade e Finanças.

As ações administrativas e de execução orçamentária e financeira são centralizadas e cabe ao Pró-Reitor de Administração o poder decisório para realização de procedimentos administrativos relativos às aquisições e de ordenar a despesa no âmbito da Universidade Federal do Piauí. Apesar disso, a Gestão Superior

da UFPI vem trabalhando fortemente na descentralização orçamentária entre as unidades de ensino e alguns órgãos da Administração Superior. A ideia é promover uma maior representatividade das unidades na execução das despesas discricionárias.

Os objetivos estratégicos da PRAD estão alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 e durante o Exercício de 2018 os seguintes pontos ganharam destaque:

- Reformulação do corpo técnico da Coordenadoria de Compras e Licitação-CCL por meio da contratação de novos servidores, bem como alteração vinculação da Divisão de Compras, que passou a ser subordinada à CCL;
- Reorganização e consolidação das atividades de concessão de diárias e compra de passagens aéreas e terrestres, o que permitiu o início da descentralização de tais atividades;
- Normatização de procedimentos relativos ao gerenciamento e fiscalização de contratos de serviços continuados e de concessão de espaços físicos;
- Normatização de procedimentos relativos à solicitação de empenho e definição de competências das unidades requisitantes;
- Treinamento do corpo técnico nas áreas de pregão eletrônico, dispensas e inexigibilidades, termo de referência, sanções administrativas, gestão e fiscalização de contratos;
- Aprimoramento dos sistemas gerenciais de protocolo, almoxarifado e patrimônio.


As restrições e contingenciamentos orçamentários representaram o grande desafio das instituições públicas no Exercício de 2018. Tais fatos exigiram a readequação de programações administrativas, orçamentárias e financeiras de tal que não prejudicasse a qualidade dos serviços prestados. Buscou-se

eficiência, aumento de produtividade em um cenário adverso. Ademais, o quadro de pessoal reduzido foi outro fator de grande impacto na execução das atividades institucionais.

Em atenção às oportunidades de melhoria, a readequação do sistema gerencial de aquisição para tornar os procedimentos licitatórios mais céleres, do sistema gerencial de fiscalização e gerenciamento de contratos para permitir um controle mais efetivo e dar transparência aos atos e a continuidade dos trabalhos para padronização e normatização de procedimentos ganham destaque.

Por fim, a busca pela eficiência e qualidade nas ações administrativas e de execução orçamentária se coadunam com os objetivos estratégicos institucionais no que diz respeito à excelência do ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei N° 13.587/2018) previu o orçamento da Fundação Universidade Federal do Piauí no valor de R\$ 791.462.886,00 dividido da seguinte forma: R\$ 617.441.294,00 (78,01%) para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 153.547.689,00 (19,41%) para as Despesas Correntes e R\$ 20.473.903,00 (2,59%) para Investimento. O Orçamento Global evoluiu em 2,02%, no entanto, este aumento global está associado ao pagamento de pessoal já que no grupo de Despesas Correntes houve redução de 0,07% e no grupo de investimento também houve redução de 50,27%. Os quadros, abaixo, apresentam a evolução do orçamento e a execução de cada grupo de despesa, respectivamente. A execução detalhada do orçamento 2018 é apresentada no [QUADRO - Demonstrativo da Alocação de Recursos por Origem e Objetivos, Programado e Executado](#), em anexo. 

QUADRO - Evolução Global do Orçamento de 2017 para 2018

LOA - [Grupo de Despesa]	2017		2018		Evolução	
Lei Orçamentária Anual - [LOA]	775.812.633		791.462.886		15.650.253	2,02%
PESSOAL - [1 PES]	580.981.056	74,89%	617.441.294	78,01%	36.460.238	6,28%
Despesas Correntes - [3 ODC]	153.660.420	19,81%	153.547.689	19,40%	-112.731	-0,07%
Investimento - [4 INV]	41.171.157	5,31%	20.473.903	2,59%	-20.697.254	-50,27%

Fonte: PROPLAN

QUADRO - Execução do Orçamento 2018 da UFPI considerando cortes e suplementações

GRUPO DE DESPESA*	R\$ 1,00	
PESSOAL - [1 PES]	647.582.986	
Vencimentos de Pessoal Civil	398.124.151	61,48%
Aposentadorias e Pensões	171.226.942	26,44%
Obrigações Patronais	73.545.844	11,36%
Outros	4.686.049	0,72%
DESPESAS CORRENTES - [3 ODC]	150.101.714	
Locação de Mão de Obra	55.430.241	36,93%
Benefícios Assistenciais e Obrigações Tributárias	29.271.671	19,50%
Auxílio Financeiro a Estudante	18.940.152	12,62%
Energia Elétrica	12.900.434	7,52%
Material de Consumo	11.287.715	7,52%
Manutenção, Conservação, Locomoção e Comunicação	14.152.825	9,43%
Outras despesas gerais	8.118.676	5,41%
INVESTIMENTO - [4 INV]	3.923.166	
Equipamentos e Material Permanente	2.832.178	72,19%
Obras e Instalações	1.066.252	27,18%

*Dotação LOA + Suplementação/Corte

Fonte: PROPLAN

A UFPI tendo como **objetivos estratégicos** a qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tem executado o seu orçamento para alavancar cada vez mais esse tripé. Do ponto de vista do Ensino de Graduação, as ações orçamentárias específicas existentes no orçamento desta IFES são: [2080.4002](#) (Assistência ao Estudante de Ensino Superior), [2080.2994](#) (Assistência ao

Estudante das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica) que tratam da assistência ao estudante de nível Superior e Básico respectivamente. Já para fomento à Graduação, Pesquisa e Extensão a UFPI conta com a ação **2080.20GK** (Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão).

Para o exercício de 2018, mesmo com a crise, **estrategicamente** fora mantido o mesmo volume orçamentário para estas ações, garantindo o pleno funcionamento de todos os programas institucionais. Para **alcançar os objetivos** institucionais, merecem ser destacados os programas: BAE (Benefício Bolsa de Apoio Estudantil), APEC (Apoio à Participação em Eventos Científicos), PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), PIBIT (Programas de Iniciação Científica e Tecnológica), PIBEX (Programa Institucional de Bolsa de Extensão), Monitoria e Produtividade Interna. Destacamos ainda, que no ano de 2018 fora lançado um novo programa, o de Apoio à Produção Científica, mostrando o empenho da gestão em fomentar a atividade. O Quadro, abaixo, apresenta o resumo do atendimento à comunidade ufipiana dos programas apresentados.

QUADRO - Programas Institucionais atendidos com o orçamento

Assistência Estudantil	R\$ 1,00	
AÇÃO 2080.4002 - [Fonte 0100]	20.896.472	
Bolsa de Estudo	14.056.017	67,27%
Material de Consumo para Rus	6.407.126	30,66%
Manutenção de máquinas dos Rus	433.327	2,07%
AÇÃO 2080.2994 - [Fonte 0100]	2.586.000	
Bolsa de Estudo	1.500.000	58,00%
Material de Consumo para Rus	1.055.599	40,82%
Manutenção de máquinas dos Rus	12.400	0,48%

Fonte: PROPLAN

No tocante à execução orçamentária, o quadro apresenta as três maiores alocações de recursos para cada uma das ações orçamentárias supracitadas.

QUADRO - Execução orçamentária das ações 2080.4002, 2080.2994 e 2080.20GK

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 1,00	
AÇÃO 2080.4002 - [Fonte 0100]	20.896.472	
Bolsa de Estudo	14.056.017	67,27%
Matéria de Consumo para Rus	6.407.126	30,66%
Manutenção de máquinas dos Rus	433.327	2,07%
AÇÃO 2080.2994 - [Fonte 0100]	2.586.000	
Bolsa de Estudo	1.500.000	58,00%
Matéria de Consumo para Rus	1.055.599	40,82%
Manutenção de máquinas dos Rus	12.400	0,48%
AÇÃO 2080.20GK - [Fonte 8100]	4.347.725	
Bolsa de Estudo	2.604.539	59,91%
Estagiário	1.573.625	36,19%
Auxílio Pesquisador	148.500	3,42%

Fonte: PROPLAN

Para ação 2080.4002, a execução de R\$ 14.056.017,00 (67,27%) fora destinada aos pagamentos de Bolsas de Estudo para atendimento aos programas assistenciais, a execução de R\$ 6.407.126,00 (30,66%) em Material de Consumo para fornecimento de refeições (café, almoço e jantar) nos Restaurantes Universitários de Teresina, Picos, Floriano, Bom Jesus e Parnaíba e a execução de R\$ 433.327,00 (2,07%) para manutenção dos equipamentos de preparação das refeições.

Para ação 2080.2994, a execução de R\$ 1.500.000,00 (58,00%) também fora destinada aos pagamentos de Bolsas de Estudo, a execução de R\$ 1.055.599,00 (40,82%) em Material de Consumo para fornecimento de refeições (café, almoço e jantar) nos Restaurantes Universitários de Teresina, Floriano e Bom Jesus e a execução de R\$ 12.400,00 (0,48%) para manutenção de equipamentos.

Ressaltamos que a seleção dos estudantes beneficiados fora feita via

[Editais PRAEC](#), [Editais PROPRESQI](#) e [Editais PREXC](#). 

Para a ação **2080.20GK**, a execução de R\$ 2.604.539,00 (59,91%) em pagamentos de Bolsas de Estudo teve como objetivo atender o PIBIC, o PIBIT

e o PIBEX, a execução de R\$ 1.573.625,00 (36,19%) para atendimento do Programa de Monitoria e a execução de 148.500,00 (3,42%) para o atendimento do Programa de Bolsa de Produtividade Interna da UFPI. Vale comentar que a seleção dos estudantes beneficiados, bem como a seleção dos docentes contemplados, fora feita via [Editais](#).

Além das ações orçamentárias apresentadas anteriormente, a UFPI dispõe no seu orçamento de outras duas, caracterizadas como ações de funcionamento: [2080.20RK](#) (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior) e [2080.20RL](#) (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica). Ressaltamos que a ação [2080.20RL](#) atende prioritariamente o funcionamento das três escolas vinculadas à UFPI: Colégio Técnico de Teresina, Colégio Técnico de Floriano e o Colégio Técnico de Bom Jesus.

Para ambas as ações os três maiores valores alocados foram para mão de obra terceirizada, fornecimento de energia elétrica e aquisição de material de consumo, respectivamente. Enquanto na ação [2080.20RK](#) fora alocado R\$ 50.312.030 (57,83%), na ação [2080.20RL](#) fora alocado R\$ 5.118.211 (69,56%). Para o serviço de energia elétrica, fora alocado R\$ 10.109.012 (11,62%) na ação [2080.20RK](#) e R\$ 877.200,00 (11,92%) na ação [2080.20RL](#). Já para material de consumo, a execução na ação [2080.20RK](#) fora de R\$ 3.186.090,00 e na ação [2080.20RL](#) fora de R\$ 638.898,00 (8,68%).

QUADRO - Execução orçamentária das ações 2080.20RK e 2080.20RL

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		R\$ 1,00
AÇÃO 2080.20RK - [Fonte 8100]		86.998.072
Locação de Mão de Obra	50.312.030	57,83%
Fornecimento de Energia Elétrica	12.023.234	13,82%
Material de Consumo	3.186.090	3,66%
AÇÃO 2080.20RL - [Fonte 8100]		7.358.406
Locação de Mão de Obra	5.118.211	69,56%
Fornecimento de Energia Elétrica	877.200	11,92%
Material de Consumo	638.898	8,68%

Fonte: PROPLAN

Uma inovação da gestão orçamentária da UFPI em 2018 foi a descentralização de parte dos recursos de custeio para cada Unidade de Ensino. A intenção foi de agregar à gestão os Diretores das Unidades na tomada de decisão, já que estes são os principais atores para priorização das demandas. Enquanto no ano de 2017, o orçamento de custeio estava 70% associado às unidades da Administração Superior, em 2018 esse percentual fora reduzido para 47% e 53% ficou sob gestão dos Diretores de Unidade. Os critérios de distribuição dos recursos para as Unidades foram feitos utilizando os mesmos critérios de distribuição utilizados pelo Ministério da Educação que leva em consideração o valor do [aluno equivalente](#). A experiência foi considerada exitosa pela Administração Superior e será aprimorada em 2019.

A LOA-2018 apresentava o montante de R\$ 20.473.903,00 para Investimento dividido da seguinte forma: R\$ 3.526.001,00 (17,22%) da ação de funcionamento da Universidade (20RK), R\$ 13.347.902,00 (65,19%) em emendas parlamentares de bancada, R\$ 600.000,00 (2,93%) em emenda parlamentar individual e R\$ 3.000.000,00 (14,65%) para a fonte de arrecadação. Deste montante, R\$ 3.923.166,00 (19,16%) fora executado, o restante não chegou a ser autorizado pela União. Do total executado, 72,19% fora para aquisição de equipamentos e material permanente e 27,18% em obras e instalações (ver QUADRO - Execução do Orçamento 2018 da UFPI considerando cortes e suplementações, acima).

Cabe ressaltar que foram apresentados vários projetos ao Ministério da Educação objetivando captação de mais recursos de investimento. Desta negociação foram autorizados R\$ 7.276.474 em descentralizações de crédito que foram executados da seguinte forma: R\$ 4.694.092 para construção de um novo prédio de salas de aula, um novo prédio para programas de pós-graduação e infraestrutura de saneamento e abastecimento de água; R\$ 2.582.382,00 para aquisição de máquinas e equipamentos de utilidade geral

(computadores, nobreaks, datashows, splits, etc.). Além deste valor, fora captado junto ao Ministério dos Esportes o montante de R\$ 1.125.000,00 para climatização do Ginásio de Badminton da UFPI. Em suma, fora capitado extraorçamento o valor de R\$ 8.401.474,00.

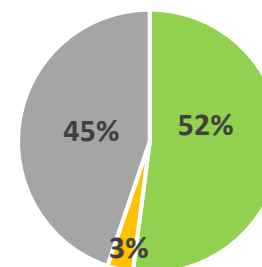
GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei N° 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a UFPI observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, há verificação regular de normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MPDG, Órgão Central do SIPEC. Há ainda no contexto das Universidades, a discussão de temas via FORGEPE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas, no qual se busca delinear entendimentos sobre legislação, aprimorar mecanismos de controle e de gestão, além de espaço para opiniões, críticas e sugestões junto ao Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Avaliação da força de trabalho

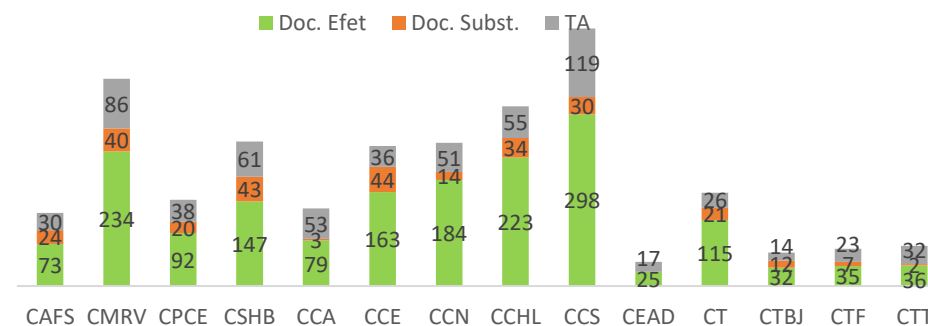
O quadro de servidores da Universidade é composto por duas carreiras, a dos Técnico-Administrativos em Educação e a de Magistério Federal, esta subdividida em Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico – EBTT. A UFPI possui respectivamente 1.199, 1.699 e 103 servidores em cada carreira:



■ Docentes MS ■ Docentes EBTT ■ Técnicos Administrativos

Fonte: SRH/UFPI

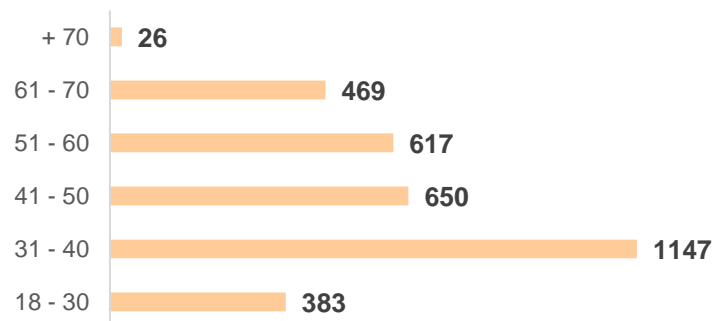
A Universidade possui 14 unidades acadêmicas da seguinte forma: 03 colégios técnicos, 04 Campi fora de sede e 07 Centros Acadêmicos no Campus da capital. O total de agentes públicos lotados nas unidades acadêmicas é de 2.743. O quadro abaixo ilustra esse quantitativo, com exceção dos residentes.



Fonte: SRH/UFPI

A Universidade possui 3.535 agentes públicos cadastrados, dos quais 2.962 são servidores ativos permanentes, 42 servidores ativos permanentes cedidos, 270 professores substitutos, 03 professores visitantes, 04 servidores de outros órgãos em exercício descentralizado na Universidade, 04 servidores de outros órgãos em exercício provisório na Universidade, 03 não servidores ativos

ocupando cargo em comissão, 03 requisitados de outros órgãos, 04 servidores de outros órgãos em colaboração técnica na Universidade e 240 residentes. A faixa etária predominante na Universidade é entre 31 e 40 anos, conforme demonstrado.



Fonte: SRH/UFPI

No ano de 2018, ocorreram 53 aposentadorias, das quais 14 de docentes do magistério superior, 03 docentes do ensino básico, técnico e tecnológico e 36 de servidores técnicos administrativos. Houve ainda, 14 vacâncias, 11 exonerações, 11 redistribuições e 06 falecimentos. Foram nomeados e empossados 133 novos servidores, mas foram admitidos ainda no quadro da UFPI, 01 servidor por recondução e 14 servidores por redistribuição.

Desta forma, a Universidade incorporou 148 servidores em seu quadro, sobre 95 vagas surgidas no ano. Isso é possível em virtude da ampliação das vagas do curso de Medicina de Teresina, das implantações dos cursos de Medicina em Picos e em Parnaíba, e ainda do curso de Libras em Teresina.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O processo de Seleção na UFPI, tem seu início na solicitação do setor demandante, a Superintendência de recursos humanos analisa a possibilidade

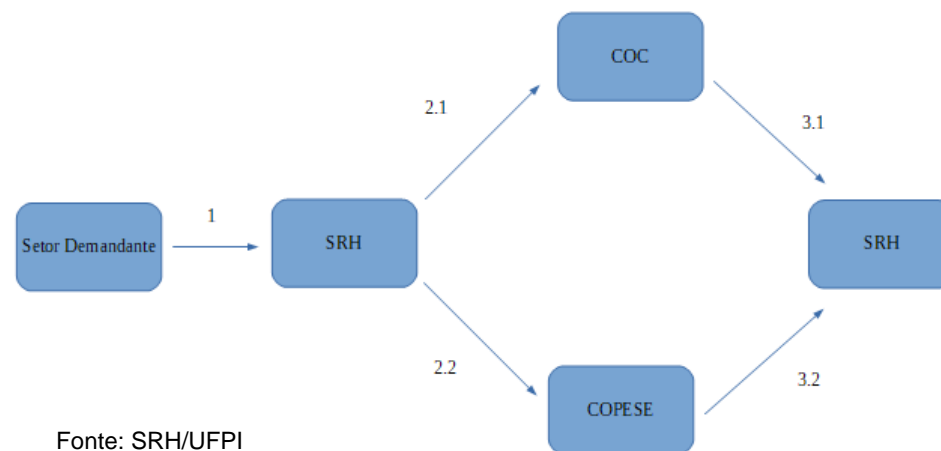
de atendimento, dependendo da existência de código de vaga para o referido cargo solicitado, no caso de docente também é avaliado a oferta de disciplinas do departamento para checar se não há profissional daquela mesma área que possa suprir a necessidade.

1 – Processo solicitando o perfil da vaga

2.1 – Em caso de Docente Efetivo, a SRH encaminha o perfil da vaga com requisitos exigidos pelo setor demandante.

2.2 – Em caso de técnico administrativo em educação, a SRH envia a descrição do cargo conforme o plano de cargos e o pedido do setor.

3.1 e 3.2 – Após a conclusão do certame encaminha-se para realizar a nomeação



Fonte: SRH/UFPI

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista) e evolução dos últimos anos

QUADRO – Despesa de Pessoal


Em R\$

DESPESA DE PESSOAL	2016	2017	2018
Ativos da União	333.229.763,13	378.426.663,12	98.124.151,81
Aposentadorias	121.540.465,81	137.592.077,03	145.555.660,22
Pensões	20.086.396,39	23.029.924,51	25.671.282,89
Contribuições	64.808.542,15	72.180.278,59	74.450.555,41
Sentenças Judiciais	2.521.511,18	2.445.089,84	2.577.226,90
Outras Despesas	5.505.326,97	6.675.478,50	1.204.108,97
Total	547.692.005,63	620.349.511,59	647.582.986,20

Fonte: Tesouro Gerencial/CODEOR/UFPI

Avaliação de desempenho

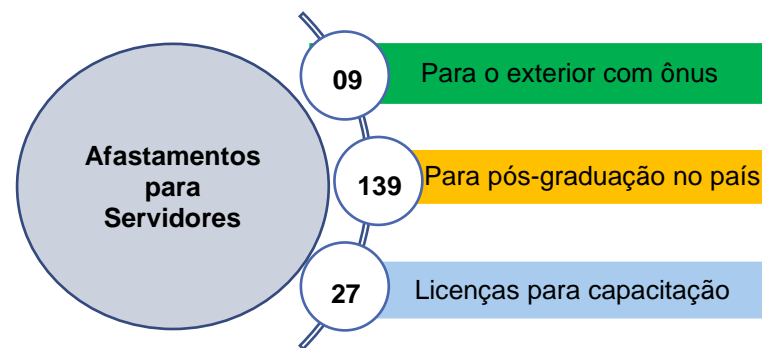
Avaliação de desempenho na UFPI possui dois processos distintos dependendo da categoria do servidor, pois para cada carreira tem legislação e regras específicas.

Para a carreira docente tem-se as [Lei nº 12.772/2012](#), [Lei nº 12.863/2013](#) e [Lei nº 13.325/2016](#). A avaliação é feita pela CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) que segue o seguinte processo: [Progressão e Promoção Funcional por Desempenho Acadêmico](#). No ano de 2018, foram realizadas 1.821 avaliações docentes. 

A avaliação de desempenho dos servidores técnico - administrativos, é regida pelo Art. 20, Lei Nº 8.112, de 11/12/90, Art. 172, Lei Nº 11.784 22/09/08 - altera art. 20 da Lei Nº 8.112, Art. 6º Emenda Constitucional 19, de 04/06/98 e Art. 14, §2º, Lei Nº 9.624, 02/04/98. No ano de 2018, a coordenação de desenvolvimento pessoal, ligada a SRH, realizou 484 avaliações.

Capacitação: estratégia e números

A UFPI regularmente faz uso dos afastamentos para qualificação como forma de ampliar o escopo de atuação e incrementar os cursos, a pós-graduação e a matriz orçamentária. Desta forma, em 2018, a UFPI teve:



Fonte: SRH/UFPI

Há ainda os cursos realizados pela própria SRH internamente para todos os servidores. Em 2018, foram atendidos 149 servidores em cursos nas áreas de línguas, informática, redação, segurança e legislação.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

As atribuições do setor Coordenadoria de Compras e Licitações (CCL) envolvem, principalmente, as seguintes legalidades:

1. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
2. Decreto Nº 5.450, de 31 de maio de 2005.
3. Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

4. Decreto Nº 2.271, de 7 de julho de 1997.
5. Decreto Nº 7.746, de 05 de junho de 2012.
6. Instruções Normativas SEGES/MPDG Nº 5, de 26 de maio de 2017, nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e Nº 02, de 11 de outubro de 2010.
7. Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
8. Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
9. Decreto Nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.
10. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
11. Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018.
12. Instrução Normativa Nº 1, de 29 de março de 2018.
13. Instrução Normativa Nº 3, de 20 de abril de 2017.

Defronte de tantas legalidades e, conseqüentemente, de tantas responsabilidades durante a execução de um pregão, toda a equipe da CCL fica exposta ao crivo dos órgãos de controle e público.

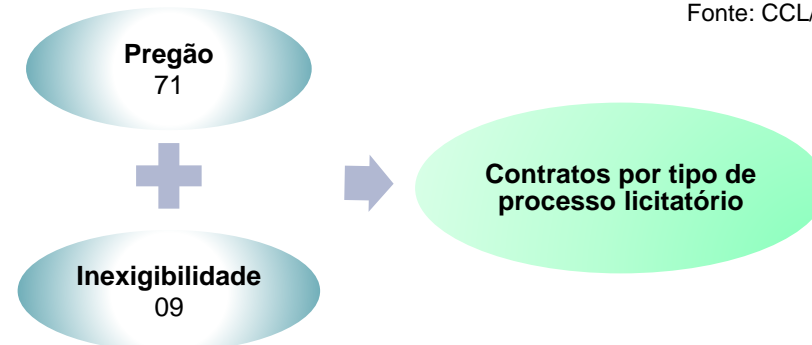
Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

QUADRO - Gastos de contratações de serviços continuados - 2018: por finalidade

PREGÃO E INEXIGIBILIDADE	Quantidade de contratos	Valor anual contratado
Combustível e manutenção de veículo	8	R\$ 1.980.289,00
Energia elétrica e água	3	R\$ 8.683.583,00
Hospedagem	1	R\$ 812.250,00
Locação de veículos	9	R\$ 8.364.128,34
Locação de imóvel	2	R\$ 231.105,00
Manutenção de máquinas e equipamentos	16	R\$ 6.291.566,87
Publicidade	3	R\$ 833.831,91

Seguros	4	R\$ 158.674,66
Serviços Postais	1	R\$ 287.421,19
Tecnologia da informação	7	R\$ 2.355.025,28
Telefonia	2	R\$ 1.501.688,05
Terceirização de mão de obra	19	R\$ 55.954.945,85
Viagens e Passagens	2	R\$ 321.700,35
Outros	6	R\$ 350.428,96
Total	83	R\$ 88.126.638,46

Fonte: CCL/UFPI



Fonte: CCL/UFPI

Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes realizadas pela UFPI estão associadas à manutenção de serviços essenciais e fundamentais aos serviços prestados pela UFPI a comunidade em geral. Destacamos a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de laboratórios em geral, pois entendemos que esta contratação vai de encontro com o tripé do ensino, pesquisa e extensão da UFPI; ressaltando que o ensino da pós-graduação também está incluso nessa demanda por meio de pesquisas importantes em diversas áreas.

Outra de importância relevante, fora a de fornecimento de passagens para a comunidade acadêmica, viabilizando a participação dos servidores em geral em eventos, reuniões e encontros administrativos, treinamentos, participação em bancas, ou seja, eventos que potencializa a troca de conhecimento.

Principais desafios e ações futuras

➤ Principais Dificuldades da Comissão de Pregoeiros e Membros de Apoio:

- I. Adequação dos procedimentos de compras e contratações ao arcabouço legal vigente. Considerando a dinâmica de lançamento de novos normativos, aliado ao fato de que a equipe de compras e licitação necessita de capacitação e maturação das novas ações o que termina por gerar atrasos nos processos de contratações;
- II. O quadro de pessoal reduzido é outro fator de grande impacto na execução das rotinas administrativas de forma tempestiva;
- III. Rotatividade do corpo técnico seja pelo fato de que a carreira não é tão atrativa, seja porque o servidor já vislumbra um concurso melhor ou já está aprovado em outro seletivo, redistribuições, remoções;
- IV. Dificuldade na padronização dos procedimentos e maior participação dos requisitantes na composição dos processos de compras e licitações;
- V. Insegurança jurídica e forte pressão dos órgãos de controle.

➤ Principais Melhorias da Comissão de Pregoeiros e Membros de Apoio:

- I. Ampliou-se a promoção de capacitação. Foram realizadas capacitações nas áreas de pregão eletrônico, termo de referência, sanções administrativas, dispensas, inexigibilidades, pesquisa de preços e fiscalização de contratos;
- II. Contratação de novos servidores para a Coordenadoria de Compras e Licitação, o que possibilitou a segregação de atividades;

➤ Principais Dificuldades da Divisão de Compras

- I. Quadro de pessoal reduzido é um fator de grande impacto na celeridade das pesquisas de preços e formatação de processos de dispensa e inexigibilidade, cotações eletrônicas e demais registros nos sistemas de governo;
- II. Grande quantidade de normativos legais e necessidade de capacitação e maturação das novas ações, o que termina gerando gargalos e atrasos de procedimentos.

➤ Principais Melhorias Divisão de Compras:

- I. Uso de ferramentas gerenciais que facilitam a composição dos preços;
- II. Normatização das rotinas de solicitação de empenho e definição de atribuições para unidades requisitantes;
- III. Desenvolvimento de rotinas internas e aprimoramento da comunicação com os demandantes sobre o andamento dos processos de empenho;
- IV. Capacitação na área de pesquisa de preços, dispensas e inexigibilidade de licitações.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Principais Investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

Com relação aos Bens Móveis um dos elementos em destaque é aquisição de móveis e utensílios que teve um aumento considerável. Um dos fatores de tal evolução foi a necessidade de guarnecer com móveis as instalações de novos prédios recebidos ao longo de 2018.

No que se refere aos Bens de informática, outro destaque na evolução, a expansão do ambiente de TI, motivado pelo natural crescimento da instituição com acréscimos de novos cursos, renovação e manutenção da rede local e manutenção e continuidade dos serviços fizeram com que, após estudos

realizados, a aquisição de equipamentos fosse a melhor opção para alcançar os objetivos que a UFPI pretende.

Os bens móveis e imobilizados serão tratados de forma mais detalhada no [Capítulo 6 – Demonstrações contábeis](#), no subitem [I.Bens Móveis](#) e [Nota 3 – Imobilizado](#).

Desfazimento de ativos

De iniciativa da Pró-Reitoria de Administração, através da Divisão de Patrimônio, foi realizado 03 (três) leilões de material. Os ativos desfeitos totalizaram o valor de cerca de R\$ 163.380,00. Entre eles destacam-se equipamentos de informática, mobiliário de escritório, veículos e semoventes.

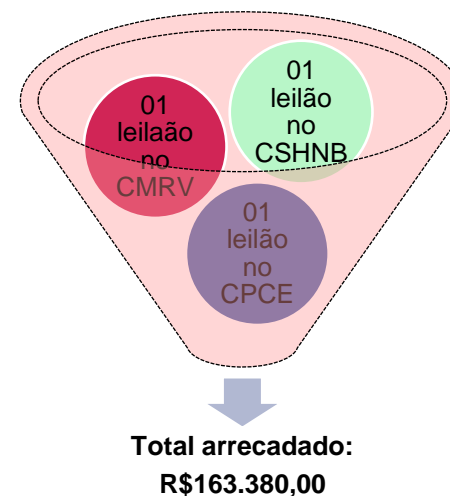
Locações de imóveis e equipamentos

Quanto aos bens imóveis, os valores analisados refletem a incorporação de prédios que irão ampliar a estrutura dos cursos de Pós-Graduação como por exemplo Nutrição e Química, bem como para a abertura de novos cursos como o de Medicina no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros- Picos. Observa-se, porém, que imóveis ainda estão registrados em Obras em Andamento e que no momento estão aguardando a baixa no Siafi e posterior inclusão no SPIUnet. Atualmente estamos providenciando os procedimentos para regularização do mesmo.

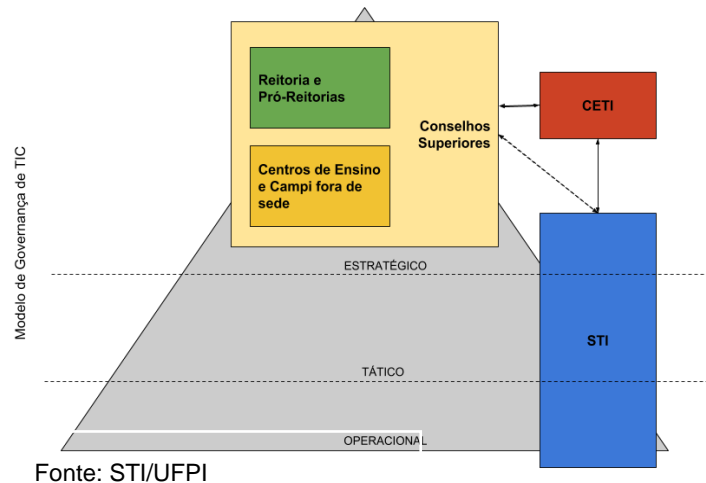
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

A fim de assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio de sua Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), além de observar as boas práticas de métodos, padrões e *frameworks* de gestão de TIC reconhecidos internacionalmente na academia e indústria/mercado, considera e adota em todas suas ações as diretrizes, restrições, exigências e recomendações definidas na constituição, em leis e decretos e em portarias, instruções normativas, acórdãos e demais instrumentos legais e regulatórios disciplinados pelo Governo Federal, por meio do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), e pelos órgãos de controle, mantendo a disponibilização e manutenção dos serviços de TIC aderentes a essas exigências legais. Assim, de forma planejada, contínua e interativa, embora por vezes ainda incipiente, evolui-se na priorização, alcance e maturidade de iniciativas relacionadas a governança digital, aquisição, contratação e fiscalização de contrato, identidade visual e acessibilidade, dados abertos, segurança da informação, interoperabilidade e processo eletrônico nacional.



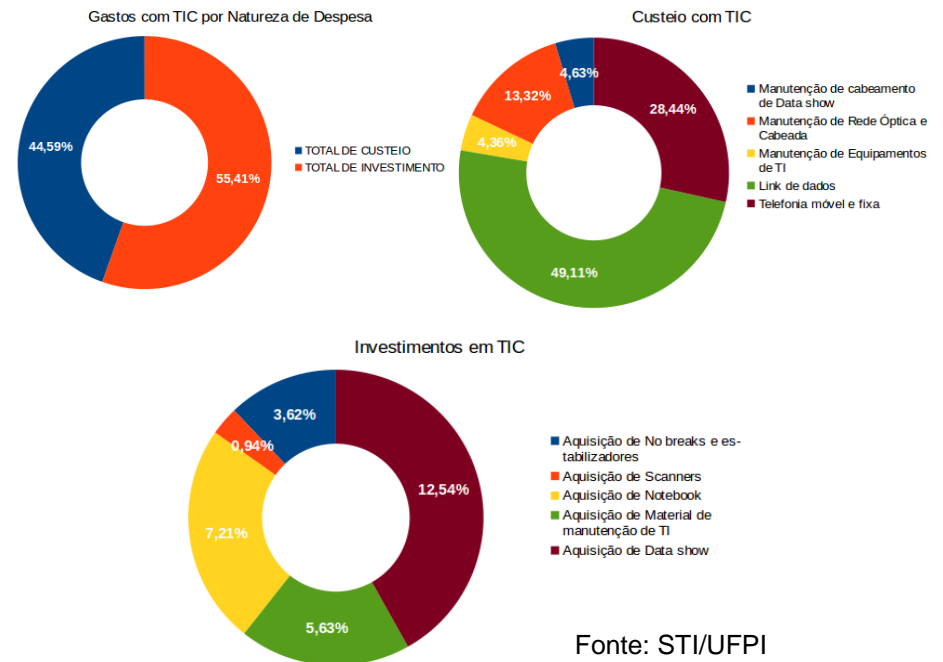
Modelo de governança de TI



A partir das diretrizes da governança corporativa operacionalizada pelo Comitê de Governança, conselhos superiores e administração superior; das diretrizes estabelecidas em regimentos externos; e da gradual obtenção de maturidade em governança, o modelo de Governança de TIC da UFPI tem como principal instância o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI). O CETI é um comitê executivo com caráter deliberativo, diretamente subordinado à Reitoria, que tem por finalidade promover o alinhamento da área de negócio com a área de TI, por meio da aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e fazer cumprir as políticas e as diretrizes de Tecnologia de Informação da UFPI definidas no plano, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). No nível tático e operacional, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) implementa as ações definidas pelas instâncias superiores, além de estrategicamente, apoiar toda a administração superior no alcance da missão estatutária da UFPI, por meio do

assessoramento técnico especializado, planejamento, execução e manutenção adequada dos sistemas e serviços de TIC necessários ou facilitadores ao atendimento dos objetivos estratégicos.

Montante de recursos aplicados em TI



Contratações mais relevantes de recursos de TI


QUADRO - Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2018)

Serviço/Produto	Estimativa Anual
Outsourcing de impressão	R\$ 746.347,63

Manutenção de cabeamento de Data show	R\$ 120.954,25
Manutenção de Rede Óptica e Cabeada	R\$ 347.787,92
Manutenção de Equipamentos de TI	R\$ 113.762,49
Link de dados	R\$ 1.282.399,92
Telefonia móvel e fixa	R\$ 742.542,48
Total de Custeio	R\$ 2.611.252,21
Investimento	
Aquisição de computadores	R\$ 2.273.145,00
Aquisição de No breaks e estabilizadores	R\$ 117.595,00
Aquisição de Scanners	R\$ 30.574,50
Aquisição de Notebook	R\$ 233.999,80
Aquisição de Material de manutenção de TI	R\$ 182.545,10
Aquisição de Data show	R\$ 406.819,00
Total de Investimento	R\$ 3.244.678,40
Total no Ano	R\$ 5.855.930,61

Fonte: STI/UFPI

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

As principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia estão constantes no [Quadro - Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor](#), no Capítulo 8 – Anexos e Apêndices. 

Segurança da informação

A UFPI, por meio da [Resolução CONSUN Nº 61/2019](#), instituiu a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que estabelece os princípios que norteiam a gestão de segurança da informação que devem ser observados pela comunidade acadêmica e demais usuários internos e externos, que, de alguma forma, interagem com os ativos de TIC pertencentes à UFPI.

A STI, sistematicamente, adota medidas corretivas em incidentes de

segurança da informação diagnosticados pelo Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança (CAIS) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

A STI, adota na implementação de seus sistemas de informação boas práticas em prevenção de ataques cibernéticos.

Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios enfrentados pela TI na execução das ações planejadas são:

- Entendimento da comunidade sobre a necessidade de profissionalização dos serviços de TIC;
- Visão holística da Universidade na priorização e atendimento das demandas de TIC;
- Operacionalização do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CETI) ou comissão correlata;
- Monitoramento da execução do plano e/ou ajuste no planejamento somente com endosso do CETI (ou comissão correlata);
- Exigência de previsão das demandas de TIC no PDTIC como condição de atendimento das mesmas demandas;
- Observância ao Plano de Gestão de Pessoas e capacitação do time de TIC;
- Disponibilidade orçamentária.

GESTÃO DE CUSTOS

Em abril de 2018, a UFPI implementou a Aba Centro de Custos pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de subsidiar e melhorar a qualidade da informação de custos das IES e somado a isso a STN passou também a disponibilizar as informações relativas aos custos de todos os Órgãos da União

por meio do “Portal de Custos”, que objetiva fomentar nos órgãos, a gestão de custos, sendo um instrumento especialmente indicado para aqueles que ainda não desenvolveram seus próprios modelos.

Sendo assim, apesar de usarmos o Centro de Custo Genérico, todas as despesas são executadas nas suas respectivas UGRs, e conseqüentemente o Campo UG Beneficiada na Aba de Custos é preenchida conforme a execução ocorreu. De modo que é possível extrairmos relatórios no Tesouro Gerencial e no Portal de Custos, que nos possibilitam obter informações e subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público.


Cabe destacar que o Portal de Custos do Governo Federal tem como propósito contribuir para a mensuração, controle e avaliação de custos na Administração Pública Federal. No entanto, a temática de custos no setor público é um grande desafio e os avanços são graduais. Sendo assim pretendemos avançar no assunto e conseqüentemente implantar nosso próprio Sistema de Apuração de Custos no intuito de gerar informações mais precisas que auxiliem a tomada de decisão do gestor e propiciem maior transparência aos recursos consumidos por este Órgão.

O principal desafio em relação à alocação e uso eficiente do gasto, se refere a um planejamento e monitoramento mais eficiente. Entretanto, também entende-se que um planejamento mais eficiente, assim como um gasto mais eficiente, está diretamente relacionado a conscientização e capacitação das pessoas envolvidas. Nesse sentido, tem-se desenvolvido diversas ações de desenvolvimento de competências por meio de treinamentos e participação em eventos na sede e fora da sede, visitas técnicas, sempre com o apoio da Superintendência de Recursos Humanos.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em maio de 2015, o Conselho Universitário aprovou o Regime Interno da PREUNI, regulamentando também a Divisão de Gestão Ambiental. De acordo com o Regimento Interno, Art. 2º, a PREUNI é:

Responsável pelo controle da ocupação do solo, pela criação de política de sustentabilidade, pelo gerenciamento da coleta e do tratamento dos resíduos sólidos, pela conservação das áreas verdes e por toda a ambientação urbana dos Campi.

O Plano de Logística Sustentável da UFPI, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), [Resolução Nº 201/18](#), trata das [Ações para redução do consumo de recursos naturais](#) e da [Redução de resíduos poluentes](#) de forma detalhada, dentro da estrutura dos 10 (dez) eixos temáticos. A matriz de responsabilidade, os objetivos, metas, indicadores e o Plano de Ação de cada um desses Eixos, constam no [Plano de Sustentabilidade](#). 

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A [Licitação Sustentável](#) é discorrida no art. 3º da Lei Nº 8.666/1993 quando trata da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, ou seja, pode-se verificar que esse tipo de licitação se trata da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

A aplicação de sustentabilidade de dada licitação deve ser estudada e devidamente planejada, visto que serão cobradas exigências que não podem

frustrar a licitação quanto a competitividade e justifique-se os benefícios e viabilidade de contratação, bem como demonstrem a economicidade e vantajosidade da contratação (ou seja, o custo/benefício):

As aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (a Administração deve observar o Decreto n. 7.746/12, que regulamentou o artigo 3º, “caput”, da Lei 8.666/93, a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a legislação e normas ambientais, no que incidentes, devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental). Uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto, deve ser prevista a forma de comprovação de seu respectivo cumprimento na fase de aceitação da proposta, por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências (§ 1º do art. 5º da IN n. 01/2010). Lembrar que referida IN n. 01/2010 determina no art. 7º, §1º que se verifique a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos, que integra o Portal Comprasnet, conforme art. 9º”. (Orientações da AGU).

Dito isto, ainda se verifica uma atitude tímida dos setores solicitantes/demandantes/autor do projeto/termo (setores que evidenciam a necessidades para atender as finalidades públicas, tipo coordenações de cursos, Pró-reitorias, departamentos etc.), pois ainda não possuem habilidades suficientes para estabelecer parâmetros sustentáveis para as contratações por meio de licitações.

A Coordenadoria de Compras e Licitações da UFPI preza para que os contratos sejam executados obedecendo e priorizando condições de sustentabilidade e busca incluir sempre condutas de sustentabilidade na seleção do fornecedor.

Assim, analisando os Editais e anexos dos pregões realizados em 2018, em 13 dos processos licitatórios não se identificou critérios de sustentabilidade.

As principais condutas de sustentabilidade ambiental exigidas no Edital foram as seguintes:

Deverão ser observados na aquisição os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata o Decreto 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber, atendendo ao disposto no Artigo 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, as empresas deverão observar:

- a – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)”.



Fonte: CCL/PRAD

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração do contador geral

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas no âmbito da Universidade Federal do Piauí, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Fundação Universidade Federal do Piauí;
- Hospital Universitário da UFPI.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Gerência Contábil, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal do Piauí são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos das UGs;



Maria dos Passos V. Almeida
Contadora Geral

- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro das unidades administrativas no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei N° 4.320/64, a Lei Complementar N°101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços:

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis deste órgão, dentre elas destacamos as seguintes:

- Criação de comissão responsável pelo gerenciamento e acompanhamento dos empenhos inscritos em restos a pagar;
- Análise e registro dos Ativos Intangíveis no SIAFI;
- Análise e gerenciamento da conta de Bens Imóveis;
- Análise e regularização de contas contábeis no Ativo;

- Análise e registro de bens doados de exercícios anteriores;
- Aperfeiçoamento na metodologia de apropriação da folha de pagamento de pessoal;
- Controle e gestão dos valores referentes a créditos a receber.

Ressalvas:

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho desta IES, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

Compatibilização dos saldos da conta de Depreciação dos bens patrimoniais com os valores registrados no SIAFI, fechamos o exercício de 2018 com a conta de depreciação de bens móveis desatualizada em virtude dos valores registrados no Patrimônio não refletirem a realidade do órgão. Desta forma optou-se por não fazer o registro e aguardar as providências da administração no sentido de contratar uma empresa para dar suporte à regularização dos registros patrimoniais do órgão.

DECLARAÇÃO

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial deste Órgão, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2018.
Maria dos Passos Vasconcelos Almeida
 CRC nº 004480/0-4
 Contadora Geral da UFPI

Demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido

Balanço Orçamentário:

Receitas					
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes		10.140.296,00	10.140.296,00	6.728.153,33	-3.412.142,67
Receita Patrimonial		272.325,00	272.325,00	335.003,82	62.678,82
Receitas de Serviços		8.623.599,00	8.623.599,00	5.081.865,83	-3.541.733,17
Outras Receitas Correntes		1.244.372,00	1.244.372,00	1.311.283,68	66.911,68
Total Receitas Orçamentárias	11	10.140.296,00	10.140.296,00	6.728.153,33	-3.412.142,67
Resultado Orçamentário	10		DEFICIT	834.016.224,09	834.016.224,09
TOTAL		10.140.296,00	10.140.296,00	840.744.377,42	830.604.081,42

Despesas Orçamentárias	NE	Despesas					
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
Despesas Correntes		776.813.394,00	817.117.479,00	828.419.736,68	806.206.062,66	748.140.410,71	-11.302.257,68
Pessoal e Encargos Sociais		622.921.338,00	662.614.480,00	652.883.037,15	652.883.037,15	601.331.860,98	9.731.442,85
Outras Despesas Correntes		153.892.056,00	154.502.999,00	175.536.699,53	153.323.025,51	146.808.549,73	-21.033.700,53
Despesas de Capital		20.973.903,00	4.656.575,00	12.324.640,74	3.087.427,90	3.076.416,80	-7.668.065,74
Investimentos		20.973.903,00	4.656.575,00	12.324.640,74	3.087.427,90	3.076.416,80	-7.668.065,74
TOTAL	12	797.787.297,00	821.774.054,00	840.744.377,42	809.293.490,56	751.216.827,51	-18.970.323,42

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

O **Resultado Orçamentário** representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O **Balanço Orçamentário** resultou em um déficit em razão do seu Balanço não se apresentar consolidado (órgão e entidades), de forma a demonstrar as movimentações financeiras (transferências financeiras recebidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício. Esse fato não representa irregularidade. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar nos itens dos Ingressos as (Receitas Orçamentárias) + (Transferências Financeiras Recebidas - resultantes da execução orçamentária) que correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos no decorrer do exercício.



Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados							
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		18.556.729,77	17.400.950,44	17.362.385,35	17.335.126,78	674.128,12	17.948.425,31
Outras Despesas Correntes		18.556.729,77	17.400.950,44	17.362.385,35	17.335.126,78	674.128,12	17.948.425,31
Despesas De Capital		18.226.931,28	22.797.125,87	21.230.751,78	20.887.377,57	1.976.975,94	18.159.703,64
Investimentos		18.226.931,28	22.797.125,87	21.230.751,78	20.887.377,57	1.976.975,94	18.159.703,64
Total	13	36.783.661,05	40.198.076,31	38.593.137,13	38.222.504,35	2.651.104,06	36.108.128,95

Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados						
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		155.733,86	3.821.937,80	3.813.852,52	48.929,69	114.889,45
Pessoal e Encargos Sociais		2.514,55	76,25	76,25	-	2.514,55
Outras Despesas Correntes		153.219,31	3.821.861,55	3.813.776,27	48.929,69	112.374,90
Despesas de Capital		27.590,45	2.907.252,72	2.907.252,72	-	27.590,45
Investimentos		27.590,45	2.907.252,72	2.907.252,72	-	27.590,45
Total		183.324,31	6.729.190,52	6.721.105,24	48.929,69	142.479,90

Grupo Despesa	RPNP Inscritos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos
Outras Despesas Correntes	17.400.950,44	3.097,81	14.982.574,43	14.965.452,38
Investimentos	22.797.125,87	280.912,03	18.607.881,88	18.264.507,67
Total	40.198.076,31	284.009,84	33.590.456,31	33.229.960,05

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI



Em 2018 a UFPI pagou cerca de 82% dos restos a pagar inscritos em 2017.

Balanço Patrimonial:

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		84.106.082,91	39.742.978,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	67.107.478,52	18.613.316,81
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	15.469.836,11	19.255.736,43
Estoque		1.528.768,28	1.873.924,84
Ativo Não Circulante		616.053.857,11	592.181.060,00
Ativo Realizável a Longo Prazo		5.399,22	119,22
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		5.399,22	119,22
Investimentos		12,00	12,00
Demais Investimentos Permanentes		12,00	12,00
Imobilizado	03	612.432.011,49	591.619.724,78
Bens Móveis		195.036.365,36	180.506.630,23
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulação de Bens Móveis		-1.300.587,13	-1.300.587,13
Bens Imóveis		432.582.516,72	422.216.996,09
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulação de Bens Imóveis		-13.886.283,46	-9.803.314,41
Intangível		3.616.434,40	561.204,00
Softwares		3.516.708,40	479.562,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-151.853,60	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		99.726,00	81.642,00
Total do Ativo		700.159.940,02	631.924.038,08

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
Ativo		PASSIVO	
Especificação	2018	Especificação	2018
Ativo Financeiro	67.107.478,52	Passivo Financeiro	125.808.713,18
Ativo Permanente	633.052.461,50	Passivo Permanente	430.982,35
Total	700.159.940,02	Saldo Patrimonial	573.920.244,49

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

Índice de Liquidez Imediata	
Caixa e Equivalentes de Caixa	67.107.478,52
Passivo Circulante	58.917.337,86
Índice de Liquidez Imediata	1,14

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI



Passivo	NE	2018	2017
Passivo Circulante		58.917.337,86	7.138.369,08
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Curto Prazo	04	48.533.398,52	198.435,44
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	05	3.476.782,52	6.273.741,17
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		3.147,67	7.626,27
Demais Obrigações a Curto Prazo		6.904.009,15	658.566,20
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		133.974,64	-
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Curto Prazo		133.974,64	-
Total do Passivo Exigível		59.051.312,50	7.138.369,08
Total do Patrimônio Líquido		641.108.627,52	624.785.669,00
Reservas de Capital		7.798,14	7.798,14
Resultados Acumulados		641.100.829,38	624.777.870,86
Resultado do Exercício		24.566.712,04	121.069.451,77
Resultados de Exercícios Anteriores		624.777.870,86	511.850.344,72
Ajustes de Exercícios Anteriores	06	-8.243.753,52	-8.141.925,63
Total do Passivo		700.159.940,02	631.924.038,08

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

O resultado do ILI no **Balanço Patrimonial** foi de 1,14 indicando que há recursos suficientes em caixa e equivalentes de caixa para quitar todos os passivos de curto prazo, sejam eles financeiros ou permanentes.

O **Saldo Patrimonial** do Balanço Patrimonial foi **Superavitário** em R\$ 573,92 milhões. Este é o resultado da diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), indicando a existência de patrimônio positivo ou patrimônio a descoberto.

O **Índice de Liquidez Imediata** - indica a capacidade financeira da entidade é obtida por meio do quociente entre as disponibilidades e o passivo circulante.

Demonstração das Variações Patrimoniais:

A **DVP** evidencia as alterações verificadas no patrimônio ocorridas no exercício corrente, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2018	2017
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.361.551,89	7.502.212,55
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		5.361.551,89	7.502.212,55
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		873,84	1.078,02
Juros e Encargos de Mora		873,84	1.078,02
Transferências e Delegações Recebidas		859.712.346,68	849.699.612,46
Transferências Intragovernamentais		856.059.607,10	848.672.418,27
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.652.739,58	1.027.194,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	08	201.256,99	90.516.990,39
Reavaliação de Ativos		-	82.967.753,86
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	7.548.471,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos		201.256,99	765
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.190.673,86	2.569.769,14
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.190.673,86	2.569.769,14
Total Das Variações Patrimoniais Aumentativas	08	867.466.703,26	950.289.662,56
Variações Patrimoniais Diminutivas	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos	09	506.500.041,36	484.513.568,16
Remuneração a Pessoal		399.443.190,78	380.593.617,56
Encargos Patronais		79.108.052,15	76.690.524,58
Benefícios a Pessoal		26.847.460,95	26.356.048,02
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.101.337,48	873.378,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		176.477.088,97	165.449.576,53
Aposentadorias e Reformas		151.942.710,75	143.291.279,11

Pensões		24.332.581,72	21.882.123,14
Benefícios Eventuais		60.980,61	47.128,64
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		140.815,89	229.045,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		108.526.856,30	119.081.655,21
Uso de Material de Consumo		13.281.229,92	13.973.750,85
Serviços		91.013.437,33	98.014.064,71
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.232.189,05	7.093.839,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		16.392,99	18.889,97
Juros e Encargos de Mora		12.121,53	14.716,91
Descontos Financeiros Concedidos		4.271,46	4.173,06
Transferências e Delegações Concedidas		19.141.314,41	18.629.104,40
Transferências Intragovernamentais		18.980.456,93	18.587.856,14
Transferências a Instituições Privadas		160.857,48	41.248,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	09	867.375,55	11.103.426,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	10.225.128,53
Desincorporação de Ativos		867.375,55	878.298,10
Tributárias		2.324.389,45	2.292.848,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		24.015,72	11.396,73
Contribuições		2.300.373,73	2.281.451,84
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		29.046.532,19	28.131.141,32
Incentivos		29.043.734,64	28.131.141,32
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.797,55	-
Variações Patrimoniais Diminutivas	09	842.899.991,22	829.220.210,79
Resultado Patrimonial do Período	07	24.566.712,04	121.069.451,77

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

Demonstração das Variações Patrimoniais		2018
Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$ 867.466.703,26
Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$ 842.899.991,22
Resultado Patrimonial do Período		R\$ 24.566.712,04

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

No exercício de 2018 a UFPI apresentou um Resultado Patrimonial positivo de R\$ 24,56 milhões, mesmo tendo sofrido uma redução de 79,71% de 2017 para 2018. Esta redução se deve em razão das incorporações de ativos e desincorporações de passivos ocorridas durante o exercício de 2017, o que não ocorreu de forma expressiva em 2018.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

Fluxos de Caixa das Atividades das Operações			
	NE	2018	2017
Ingressos	19	865.674.477,53	859.180.165,83
Receitas Derivadas e Originárias		6.728.153,33	9.634.632,85
Receita Patrimonial		335.003,82	238.318,05
Receita de Serviços		5.081.865,83	6.826.767,57
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.311.283,68	2.569.547,23
Outros Ingressos das Operações		858.946.324,20	849.545.532,98
Ingressos Extra orçamentários		2.066.653,42	438.860,91
Transferências Financeiras Recebidas		856.059.607,10	848.672.418,27
Arrecadação de Outra Unidade		820.063,68	434.253,80
Desembolsos	19	-790.327.352,73	-818.869.352,88
Pessoal e Demais Despesas		-687.739.746,02	-721.200.285,37
Previdência Social		-161.174.485,29	-164.565.315,16
Saúde		-1.590.445,25	-2.874.015,02
Educação		-524.696.996,73	-553.037.324,62
Urbanismo		-4.637,75	-
Ciência e Tecnologia		-222.996,50	-239.107,50
Organização Agrária		-	-484.523,07
Encargos Especiais		-51.535,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.350,50	-
Transferências Concedidas		-81.566.377,49	-78.645.408,91

Intragovernamentais		-81.401.120,01	-78.604.160,65
Outras Transferências Concedidas		-165.257,48	-41.248,26
Outros Desembolsos das Operações		-21.021.229,22	-19.023.658,60
Dispêndios Extraorçamentários		-2.040.772,29	-435.802,46
Transferências Financeiras Concedidas		-18.078.481,30	-18.587.856,14
Demais Pagamentos		-901.975,63	-
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	19	75.347.124,80	40.310.812,95
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Desembolsos	20	-26.852.963,09	-35.988.988,26
Aquisição de Ativo Não Circulante		-26.852.963,09	-35.645.150,26
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-343.838,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	20	-26.852.963,09	-35.988.988,26
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18	48.494.161,71	4.321.824,69
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		18.613.316,81	14.291.492,12
Caixa e Equivalente de Caixa Final		67.107.478,52	18.613.316,81

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

Cabe destacar que conforme evidenciado na tabela abaixo, a evolução de 260,53% na conta Caixa e Equivalentes de Caixa justifica-se em razão da implantação do novo fluxo de Emissão de Ordens Bancárias ocorrido no dia 31/12/2018. Desta forma, as ordens bancárias referentes à folha de pagamento do mês de dezembro só foram emitidas no dia 02/01/2019, bem como o envio do respectivo financeiro ao Banco.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial e Final			
Resultado Financeiro BF X DFC	2018 R\$	2017 R\$	AH(%)
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex: Seguinte)	67.107.478,52	18.613.316,81	260,53
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex:Anterior)	18.613.316,81	14.291.492,12	30,24
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.494.161,71	4.321.824,69	1.022,08

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

Balanço Financeiro:

Resultado Financeiro do Período	
Ingressos	2018
(-) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 67.107.478,52
Dispêndios	2018
(+) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 18.613.316,81
(=) Resultado Financeiro	R\$ 48.494.161,71

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

	NE	2018	2017
Ingressos	14		
Receitas Orçamentárias		6.728.153,33	9.634.632,85
Ordinárias		-	1.193.464,59
Vinculadas		6.832.822,70	8.894.595,12
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-104.669,37	-453.426,86
Transferências Financeiras Recebidas		856.059.607,10	848.672.418,27
Recebimentos Extraorçamentários	15	92.415.617,51	44.968.864,69
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		58.076.663,05	3.897.673,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		31.450.886,86	40.198.076,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.066.653,42	438.860,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários		821.414,18	434.253,80
Saldo do Exercício Anterior		18.613.316,81	14.291.492,12
Caixa e Equivalentes de Caixa		18.613.316,81	14.291.492,12
Total do Ingressos		973.816.694,75	917.567.407,93

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

	NE	2018	2017
Dispêndios	16		
Despesas Orçamentárias		840.744.377,42	828.934.638,18
Ordinárias		670.323.965,49	201.289.735,81
Vinculadas		170.420.411,93	627.644.902,37

Transferências Financeiras Concedidas	18.078.481,30	18.587.856,14
Despesas Extraorçamentárias	47.886.357,51	51.431.596,80
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.721.105,24	3.460.780,54
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	38.222.504,35	47.535.013,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.040.772,29	435.802,46
Outros Pagamentos Extraorçamentários	901.975,63	-
Saldo para o Exercício Seguinte Caixa e Equivalentes de Caixa	67.107.478,52	18.613.316,81
Total dos Dispêndios	973.816.694,75	917.567.407,93

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

RPNP Inscritos	
(DEZ/2017)	40.198.076,31
(DEZ/2018)	31.450.886,86

Fonte: Gerência Contábil/PRAD/UFPI

Do total de Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2018 (R\$ 31,45 milhões), cerca de 71% são referentes a Outras Despesas Correntes e 29% a Despesas com Investimentos.

O Resultado Financeiro foi obtido pela dedução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício anterior”.

Conforme apresentado na tabela, o resultado financeiro do período de 2018 foi superavitário no montante de R\$48,49 milhões.

Notas explicativas

Informações gerais

As Demonstrações Contábeis da UFPI são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFPI tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

I. Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

II. Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (a) créditos não tributários; (b) transferências concedidas; (c) adiantamentos; e (d) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

III. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

IV. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se

os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

V. Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No âmbito da UFPI, a grande maioria dos intangíveis está relacionado a Softwares, de vida útil definida, e Marcas, Direitos e Patentes Industriais.

VI. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

VII. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União

(SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

VIII. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a. Patrimonial;
- b. Orçamentário; e
- c. Financeiro.

a. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial. As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFPI e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei Nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFPI, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei Nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

b. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei Nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), Estados,

Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, como é o nosso caso, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Para identificar os créditos recebidos de outros órgãos não pertencentes à estrutura da UFPI, deve-se gerar um relatório gerencial sobre "Movimentação Orçamentária". Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna "Previsão Atualizada".

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

c. Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser

confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

➤ Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Conforme evidenciado na tabela abaixo, a evolução expressiva de 260,53% na conta Caixa e Equivalentes de Caixa foi decorrente, principalmente, do registro na Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem P, referente ao valor da folha de pagamento do mês de dezembro de 2018. Esse expressivo acréscimo se justifica em razão da implantação da nova sistemática de emissão de ordens bancárias.

Os compromissos existentes no Subsistema CPR, do SIAFI, não realizados até a data de implantação da nova sistemática (30/12/2018) foram mantidos e, quando foram realizados no dia 31/12/2018 (segunda-feira), geraram uma Ordem de Pagamento (OP), que foi assinada pelo Ordenador de Despesas e Gestor Financeiro, por meio da transação GEROP (Gerenciar Ordens de

Pagamento), no dia 31/12/2018. No entanto, a emissão automática da respectiva Ordem Bancária só ocorreu no dia 02/01/2019 (quarta-feira), uma vez que não foram gerados nenhum tipo de OB no dia 31/12/2018.

TABELA – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	Dez/2018	Dez/2017	AH(%)	AV(%)
Recursos de Conta única aplicada	736,24	736,24	0,00	0,00
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	12.522.336,92	18.612.580,57	-32,72	18,66
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem P	54.584.405,36	0,00		81,34
Total	67.107.478,52	18.613.316,81	260,53	100,00

Fonte: SIAFI

➤ Nota 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber de terceiros e demais créditos realizáveis até o término do exercício seguinte. A UFPI apresentou em 31/12/2018 um saldo de R\$15,47 milhões relacionados a créditos em curto prazo, sendo R\$ 13,06 milhões correspondente a adiantamento de férias e 13º salário que serão baixados durante o exercício de 2019.

➤ Nota 3 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e

sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, a UFPI apresentou um saldo de R\$ 612,43 milhões relacionados a imobilizado, sendo 68,37% alocados em bens imóveis e 31,63% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2018.

TABELA – Imobilizado – Composição

	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Bens Móveis	193.735.778,23	179.206.043,10	8,11	31,63
(+) Valor Bruto Contábil	195.036.365,36	180.506.630,23	8,05	31,85
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulação de Bens	(1.300.587,13)	(1.300.587,13)	0,00	-0,21
Bens Imóveis	418.696.233,26	412.413.681,68	1,52	68,37
(+) Valor Bruto Contábil	432.582.516,72	422.216.996,09	2,46	70,63
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulação de Bens	(13.886.283,46)	(9.803.314,41)	41,65	-2,27
Total	612.432.011,49	591.619.724,78	3,42	100,00

Fonte: SIAFI

I. Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFPI totalizavam um valor líquido contábil de R\$ 193,73 milhões ao final do 4º trimestre de 2018 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme tabela abaixo.

TABELA - Bens Móveis – Composição

	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	86.892.690,18	81.314.844,47	6,86	44,85
Bens de Informática	39.284.587,25	35.906.352,03	9,41	20,28
Móveis e Utensílios	46.744.472,45	42.011.240,24	11,27	24,13
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	9.967.193,52	9.698.687,46	2,77	5,14
Veículos	10.149.388,46	9.583.304,28	5,91	5,24
Demais Bens Móveis	1.998.033,50	1.992.201,75	0,29	1,03
Depreciação / Amortização Acumulada	-1.300.587,13	-1.300.587,13	0,00	-0,67
Total	193.735.778,23	179.206.043,10	8,11	100,00

Fonte: SIAFI

Conforme a tabela acima, houve uma variação positiva de 8,11% no ano de 2018 no grupo de Bens Móveis, um acréscimo de cerca de R\$ 14,52 milhões no período em relação ao final do exercício de 2017. Dentre as contas que contribuíram para o aumento destacamos a conta Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares, que apresentou acréscimo de 6,86% no período decorrente principalmente pela aquisição de aparelhos para laboratórios de estudos e pesquisas nos cursos de Medicina, Odontologia, entre outros ligados à área de saúde. E também a conta de Móveis e Utensílios, que variou positivamente 11,27% no período, um impacto de aproximadamente R\$ 4,73 milhões.

Na conta de Depreciação de bens Móveis não houve variação no ano de 2018 devido ao sistema de controle de bens móveis não apresentar informações em conformidade com os dados contabilizados, dessa forma os valores apurados

das depreciações não apresentam confiabilidade e fidedignidade para serem registrados nas demonstrações contábeis.

II. Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFPI em 31/12/2018 totalizavam R\$ 418,70 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA - Bens Imóveis - Composição

	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	203.451.566,24	203.451.566,24	0,00	48,59
Bens Imóveis em Andamento	228.435.037,23	218.069.516,60	4,75	54,56
Instalações	219.524,90	219.524,90	0,00	0,05
Demais Bens Imóveis	476.388,35	476.388,35	0,00	0,11
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-13.886.283,46	-9.803.314,41	41,65	-3,32
Total	418.696.233,26	412.413.681,68	1,50	100,00

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela 04, os Bens de Uso Especial registrados no SPIUNet correspondem a 48,59% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 203.45 milhões em 31/12/2018 a valores brutos.

Os valores registrados em Obras em Andamento representam 54,56% do total dos bens imóveis registrados em 2018 correspondendo a um acréscimo de 4,75% em relação ao ano anterior. Cabe destacar que os valores registrados não correspondem ao total de obras que estão em andamento no órgão. O valor de R\$212,44 milhões registrados nessa conta corresponde a existência de saldos acumulados de Obras que já foram concluídas, entre o período de 2002 a 2018, e que no momento estão aguardando a baixa no SIAFI e posterior inclusão no SPIUNet. Atualmente estamos providenciando os procedimentos para regularização do mesmo.

➤ Nota 4 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito a, salários, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar. A quase totalidade do saldo desse grupo (99,82%) refere-se a valores de salário a pagar.

TABELA - Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar a Curto – Composição

Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar a Curto	2018	2017	AH(%)	AH(%)
Pessoal a Pagar	48.444.119,35	134.900,01	35.811,13	99,82
Benefícios Previdenciários a Pagar	4.685,00	676,95	592,07	0,01
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.637,00			0,01
Encargos Sociais a Pagar	81.957,17	62.858,48	30,38	0,17
Total	48.533.398,52	198.435,44	24.358,03	100,00

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela acima houve uma evolução significativa de 35.811% em 2018 na conta Pessoal a Pagar, quando comparado ao 4º trimestre de 2017. Como já foi comentado anteriormente, esse aumento se justifica em razão da implantação da nova sistemática de emissão de ordens bancárias.

Os compromissos existentes no Subsistema CPR, do SIAFI, não realizados até a data de implantação da nova sistemática (30/12/2018) foram mantidos e, quando foram realizados no dia 31/12/2018 (segunda-feira), geraram uma Ordem de Pagamento (OP), que foi assinada pelo Ordenador de Despesas e Gestor Financeiro, por meio da transação GEROP (Gerenciar Ordens de Pagamento), no dia 31/12/2018. No entanto, a emissão automática da

respectiva Ordem Bancária só ocorreu no dia 02/01/2019 (quarta-feira), uma vez que não foram gerados nenhum tipo de OB no dia 31/12/2018.

➤ **Nota 5 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Em 31/12/2018, a UFPI apresentou um saldo de R\$ 3.476.782,52, relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo sua totalidade referente a Obrigações a Curto Prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando essas obrigações entre fornecedores Nacionais e Estrangeiros no Ativo Circulante.

TABELA - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Fornecedores e Contas a Pagar	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Curto Prazo	3.476.782,52	6.273.741,17	-44,58	100,00
Nacionais	3.476.782,52	6.273.741,17	-44,58	100,00
Estrangeiros	0	0		
Total	3.476.782,52	6.273.741,17	-44,58	100,00

Fonte: SIAFI

O Total a ser pago do item fornecedores e contas pagar de curto prazo se refere aos fornecedores nacionais. Conforme demonstrado na tabela acima, houve uma redução de 44,58% no comparativo com mesmo período de 2017. Esse fato se deve a uma regular liberação de repasse financeiro enviado pelo MEC para pagamento das despesas no exercício de 2018.

TABELA - Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante

Unidade Gestora	2018	AV(%)
150237 Hospital Universitário da UFPI	7.219,42	0,21
154048 Fundação Universidade Federal do Piauí	3.469.563,10	99,79
Total	3.476.782,52	100,00

Fonte: SIAFI

Conforme tabela 7, A Unidade Gestora 154048 é responsável por 99,79% do total a ser pago. Essa elevada composição dos Fornecedores e Contas a Pagar deve-se pelo fato do Órgão centralizar a sua execução orçamentária na UG

matriz (UFPI-154048).

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, de fornecedores e contas a pagar na data de 31/12/2018.

TABELA - Fornecedores e Contas a Pagar - Contratantes

Fornecedor		31/12/2018	AV%
A	Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão	2.313.498,59	66,54
B	CET - SEG Segurança Armada LTDA	429.133,86	12,34
C	Construtora Norma LTDA	247.361,75	7,11
D	Lima Verde & Silva Serviços e Construções LTDA	131.565,96	3,78
E	CCR - Construções LTDA	58.450,78	1,68
F	CRIART Serviços de Terceirização de Mão de Obra LTDA	46.249,73	1,33
G	Demais Fornecedores	250.521,85	7,21
Total		3.476.782,52	100,00

Fonte: SIAFI

Os fornecedores A, B, C, D, E e F representam 92,79% do total a ser pago em 31/12/2018, sendo os mais expressivos a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão - FADEX que representa 66,54% do total a ser pago, seguida pela CET- SEG Segurança Armada Ltda. com 12,34%. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

a) O Fornecedor A: Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão - FADEX é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculado à Universidade Federal do Piauí. Os contratos são celebrados com recursos próprios da UFPI, bem como recursos recebidos por Termos de Execução Descentralizada – TED. O saldo a pagar é decorrente de contratos UFPI/FADEX que estão aguardados o recebimento de recurso financeiro para a realização do pagamento.

b) Os fornecedores B, D e F, CET- SEG Segurança Armada Ltda., Criart Serviços de Terceirização de Mão de obra Ltda., Lima Verde & Silva Serviços e Construções Ltda. referem-se a despesas com terceirização de mão de obra (pessoal de apoio, serviços de limpeza e serviço de segurança) liquidadas durante o mês de dezembro 2018 e também estão aguardados o recebimento de recurso financeiro para a realização do pagamento.

c) E por fim os demais fornecedores a pagar, referem-se a processos liquidados no mês de dezembro e que ficaram aguardando liberação de financeiro para o respectivo pagamento.

➤ Nota 6 - Provisões

Até a data de 31/12/2018 não foram registradas obrigações relacionadas a provisões contingentes no Órgão 26279 – Universidade Federal do Piauí-UFPI.

➤ Nota 7 - Ajuste de Exercícios Anteriores

A conta de ajustes de Exercícios Anteriores registra os saldos decorrentes da mudança de critério contábil, ou a retificação de omissões e erros de registros ocorridos nas demonstrações contábeis em anos anteriores. Tais ajustes são contabilizados no Patrimônio Líquido, de modo a não impactar o resultado do exercício a que se referem.

No exercício de 2018 houve uma redução de R\$ 8,24 milhões do patrimônio líquido referente ajustes de exercícios anteriores. Nota-se que o valor mais expressivo registrado refere-se a ajuste de erro no registro de adiantamento de férias e 13º salário, exercício de 2017, cerca de (R\$ 4,98 milhões).

Os demais valores são referentes a reconhecimentos de passivos para registros das despesas que pertençam ao exercício anterior bem como reconhecimento de ativos não classificados corretamente.

➤ Nota 8 - Resultado Patrimonial do Período

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

No exercício de 2018 a UFPI apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 24,56 milhões, mesmo tendo sofrido uma redução de 79,71% de 2017 para 2018. Esta redução se deve em razão das incorporações de ativos e desincorporações de passivos ocorridas durante o exercício de 2017, o que não ocorreu de forma expressiva em 2018.

TABELA - Resultado Patrimonial do Período

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	867.466.703,26	950.289.662,56	-8,72
Variações Patrimoniais Diminutivas	842.899.991,22	829.220.210,79	1,65
Resultado Patrimonial do Período	24.566.712,04	121.069.451,77	-79,71

Fonte: SIAFI

➤ Nota 9 - Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Órgão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item que mais contribuiu para o resultado positivo do período foi o de Transferências e Delegações Recebidas, com R\$ 859,71 milhões, representando 99,11% do total das VPAs, conforme demonstrado na tabela adiante.

Conforme descrito no item das notas explicativas do Balanço Financeiro, as Transferências Financeiras Recebidas – Resultantes da Execução Orçamentária -, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira

recebida correspondente aos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário e consignados na LOA. Há também as Transferências Financeiras (Recebidas) – Independentes da Execução Orçamentária – que são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar, que englobam os recursos recebidos pela UFPI, do MEC, COFIN/STN, e de outros órgãos da administração pública.

A conta Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos sofreu uma variação de -99,78% no exercício de 2018, em razão de registros de reavaliação de imóveis realizados em 2017 no valor de R\$ 82.967.753,86 e de um registro de incorporação de um imóvel no valor de R\$ 7.548.471,53, também em 2017. Em 2018 os lançamentos nesta conta contemplaram apenas registros de ajuste de cancelamento de Passivo com ISF-P de exercícios anteriores.

TABELA - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas	867.466.703,26	950.289.662,56	-8,72	100,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00
Contribuições	-	-		0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.361.551,89	7.502.212,55	-28,53	0,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	873,84	1.078,02	-18,94	0,00
Transferências e Delegações	859.712.346,68	849.699.612,46	1,18	99,11

Recebidas				
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	201.256,99	90.516.990,39	-99,78	0,02
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.190.673,86	2.569.769,14	-14,75	0,25

Fonte: SIAFI

➤ **Nota 10 - Variações Patrimoniais Diminutivas**

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potencial de serviços para o Órgão, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Em 2018, as VPD's a título de Pessoal e Encargos apresentaram o montante de R\$ 506,50 milhões, correspondendo a uma variação de 4,54% quando comparado ao ano anterior. O aumento desta VPD decorre principalmente dos aumentos salariais dos servidores da UFPI mediante progressão na carreira, incentivos à qualificação, contratação de novos servidores, dentre outros fatores. Essa VPD representa 60,09% do total das VPD's.

A conta Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos sofreu uma variação de -92,19% no exercício de 2018, em razão de lançamentos de ajuste nas contas de reavaliação de bens imóveis e desincorporação de ativos. Em 2018 os lançamentos nesta conta contemplaram apenas registros de ajuste na conta de Ressarcimento de Pessoal cedido e reclassificação na conta de bens imóveis para bens móveis.

TABELA - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Demonstração das Variações Patrimoniais	2018	2017	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Diminutivas	842.899.991,22	829.220.210,79	1,65	100

Pessoal e Encargos	506.500.041,36	484.513.568,16	4,54	60,09
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	176.477.088,97	165.449.576,53	6,67	20,94
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	108.526.856,30	119.081.655,21	-8,86	12,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	16.392,99	18.889,97	-	13,22
Transferências e Delegações Concedidas	19.141.314,41	18.629.104,40	2,75	2,27
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	867.375,55	11.103.426,63	-	92,19
Tributárias	2.324.389,45	2.292.848,57	1,38	0,28
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29.046.532,19	28.131.141,32	3,25	3,45

Fonte: SIAFI

➤ Nota 11 – Resultado Orçamentário

No exercício de 2018, as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 6,73 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 840,74 milhões, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 834 milhões. Essa disparidade pode ser justificada em razão de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos no decorrer do exercício correspondente à contrapartida das despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada); e a de que esses créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, em face da metodologia de sua elaboração por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar nos itens dos Ingressos as (Receitas Orçamentárias) + (Transferências Financeiras Recebidas - resultantes da execução orçamentária) que correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos no decorrer do exercício.

➤ Nota 12 – Receitas

Analisando a arrecadação por categoria econômica, as Receitas Correntes representam 66,35%, em relação à Previsão. E 100% da arrecadação foi de Receitas Correntes, não havendo nenhum registro de arrecadação de Receita de Capital.

TABELA - Receitas Arrecadadas por Categorias Econômica

Categorias Orçamentárias	Previsão/Fixação Inicial 2018	Previsão/Fixação Atualizada 2018	Realização Execução 2018	Real Exec. (%)	AV%
Receitas Correntes	10.140.296,00	10.140.296,00	6.728.153,33	66,35	100
Receitas de Capital					
Total das Receitas		10.140.296,00	6.728.153,33	66,35	100

Fonte: SIAFI

A seguir apresentamos a tabela demonstrando a arrecadação das receitas orçamentárias, por natureza de receita com maior expressividade no balanço. Dentre as receitas arrecadadas até o final do exercício de 2018 as de maior representatividade foram as de Aluguéis e Arrendamentos-Principal com 122,96%, seguido das Receitas de Serviços Administrativos e Comerciais com 95,75% e Outras Restituições e Indenizações-principal com 88,96%.

TABELA - Previsão Atualizada da Receita X Receita Realizada

	Receitas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Real%	AV%
1	Aluguéis e Arrendamentos-Principal	272.325,00	334.847,44	122,96	4,98
2	Serviços Administrativo e comerciais - Principal	4.376.806,00	4.190.586,44	95,75	62,28
3	Inscrições em Concursos e Proc. Seletivos-Principal	4.077.870,00	775.210,84	19,01	11,52
4	Serviços de Informação e Tecnologia	164.447,00	115.351,09	70,14	1,71
5	Outras Restituições e Indenizações-principal	1.248.848,00	1.111.025,28	88,96	16,51
6	Multas Administrativa, Contratuais e Judiciais		201.132,24	100,00	2,99
	Total	10.140.296,00	6.728.153,33	66,35	100,00

Fonte: SIAFI

➤ Nota 13 – Despesas

As despesas empenhadas na categoria econômica Despesas Correntes e de Capital foram superiores à dotação fixada. Isso não representa, propriamente, um erro; significa que a UFPI, além do seu próprio orçamento, executou (empenhou) despesas referentes ao orçamento de outros órgãos, para execução de programas governamentais, como os recursos do Ministério da Saúde (Fundo Nacional de Saúde), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Ministério dos Esportes, Ministério da Educação, dentre outros, totalizando R\$ 41.617.776,77.

As despesas empenhadas na categoria econômica Despesas Correntes corresponderam a 101,38% da dotação fixada; e as Despesas de Capital tiveram uma execução aproximada, em termos percentuais, de 264,67%.

TABELA - Despesas por Categoria Econômica

Categorias Orçamentárias	Previsão/Fixação Inicial 2018	Previsão/Fixação Atualizada 2018	Realização Execução 2018	Real Exec.(%)	AV(%)
Despesas Correntes	776.813.394,00	817.117.479,00	828.419.736,68	101,38	98,53
Despesas De Capital	20.973.903,00	4.656.575,00	12.324.640,74	264,67	1,47
Total Das Despesas	797.787.298,00	821.774.054,00	840.744.377,42	102,31	100

Fonte: SIAFI

Na próxima tabela, são apresentadas as despesas correntes e de capital executadas por grupo.

Verifica-se que das despesas correntes, o grupo que apresentou o maior percentual de execução foi o Outras Despesas Correntes - ODC com 113,61%, enquanto que o grupo relativo a Pessoal e Encargos Sociais, teve um percentual de execução de 98,53%.

As despesas de Capital tiveram um percentual de 264,67% de execução no grupo de Investimentos.

Cabe destacar que o total empenhado em Outras Despesas Correntes - ODC e em Investimentos foi superior ao valor presente na coluna de Dotação Atualizada. Conforme já explicado, isso se deve ao fato da UFPI também executar orçamento de outros órgãos que são enviados através de Termos de Execução Descentralizada - TEDs, conforme tabela 16 que demonstra os valores recebidos das respectivas descentralizações.

TABELA - Despesas Correntes e de Capital Executadas por Grupo

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Desp. Emp./Dot. Atual	Av. - (Emp.) / (Total Dot.)
Despesas Correntes	776.813.394,00	817.117.479,00	828.419.736,68	101,38	100,81
Pessoal e Encargos Sociais	622.921.338,00	662.614.480,00	652.883.037,15	98,53	79,45
Outras Despesas Correntes	153.892.056,00	154.502.999,00	175.536.699,53	113,61	21,36
Despesas de Capital	20.973.903,00	4.656.575,00	12.324.640,74	264,67	1,50
Investimentos	20.973.903,00	4.656.575,00	12.324.640,74	264,67	1,50
Total	797.787.297,00	821.774.054,00	840.744.377,42	102,31	102,31

Fonte: SIAFI

TABELA - Descentralizações Recebidas

Descentralizações Recebidas	
Despesas Orçamentárias	Descentralizações Recebidas
Despesas Correntes	33.216.302,19
Pessoal e Encargos Sociais	
Outras Despesas Correntes	33.216.302,19
Despesas de Capital	8.401.474,58
Investimentos	8.401.474,58
Total	41.617.776,77

Fonte: SIAFI

➤ Nota 14 - Restos a Pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto N° 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição ou entrega de obras no exercício.

Para elaboração desta nota explicativa, considerou a execução dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP apresentados no quadro anexo do Balanço Orçamentário, que abrange à execução nos órgãos e unidades vinculadas a esta IES com o orçamento consignado na LOA, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais.

A inscrição dos empenhos nesta rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos inscritos em exercícios anteriores (reinscrição). Esses valores inscritos e reinscritos vão se reduzindo à medida em que as liquidações/pagamentos são realizadas até final do exercício seguinte.

Pela tabela abaixo, verifica-se que o total dos restos a pagar no âmbito da UFPI, inscritos e reinscritos em 31/12/2017, foi de R\$ 76,55 milhões, sendo 52,51% de empenho inscritos (2017) e 47,49% de empenhos reinscritos.

Quanto aos RPNP inscritos em 31/12/2018 houve uma redução de 21,76%, em relação aos inscritos no ano anterior, o que representa uma diminuição de um montante de R\$ 8.747.189,45.

TABELA - Execução dos RPNP inscritos e reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	(DEZ/2018)	(DEZ/2017)	% Evolução
RPNP Inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	31.450.886,86	40.198.076,31	-21,76
RPNP Reinscritos em Exercícios Anteriores	35.737.496,17	36.354.350,58	-1,70
Total	67.188.383,03	76.552.426,89	-12,23

Fonte: SIAFI

A tabela seguinte demonstra que em 2018 foram executados (liquidados) 53,87% do total das despesas inscritas e reinscritas em 2017, na rubrica de

RPNP. Deste total 56,28% referem-se a despesas com Investimentos e 43,72% a Outras Despesas correntes.

TABELA - Execução dos RPNP inscritos e reinscritos por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	RPNP empenhos inscritos e reinscritos	RPNP Cancelados (R\$)	RPNP liquidados (R\$)	RPNP Saldo (R\$)	Execução (%)
Investimentos	40.755.339,42	1.976.898,04	21.230.751,78	17.547.689,60	56,94
Outras Despesas Correntes	35.797.087,47	673.441,12	17.354.028,13	17.769.618,22	50,36
Total	76.552.426,89	2.650.339,16	38.584.779,91	35.317.307,82	53,87

Fonte: SIAFI

Se considerarmos apenas a execução dos RPNP inscritos em 31/12/2017 podemos evidenciar, conforme tabela abaixo, que houve uma execução 84,27% durante o exercício de 2018.

TABELA – Execução de RPNP por Grupo de Despesa inscritos em 31/12/2017

Grupo de Despesa	RPNP (Inscrito)	RPNP Cancelados (R\$)	RPNP Liquidados (R\$)	RPNP Saldo a Liquidar (R\$)	Índice de Realização (%)
Investimento	22.797.125,87	280.912,03	18.607.881,88	3.908.331,96	82,86
Outras Despesas Correntes	17.400.950,44	3.097,81	14.982.574,43	2.415.278,20	86,12
Total	40.198.076,31	284.009,84	33.590.456,31	6.323.610,16	84,27

Fonte: SIAFI

Cabe ressaltar que, o acúmulo de saldos de RPNP está relacionado em grande parte aos restos a pagar de exercícios anteriores, isso pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de recursos orçamentários em função das políticas educacionais associado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas.

De acordo com o artigo 68, § 3º, II, do Decreto Nº 93.872/86, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE. Grande parte do montante de RPNP inscrito em 31 de dezembro do exercício anterior e os reinscritos, refere-se a valores *excetuados* pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº 93.872/1986.

O Governo Federal, com o intuito de reduzir o estoque de restos a pagar em toda a administração pública direta e indireta, publicou o Decreto nº 9.428, em 29 de junho de 2018, dispondo sobre o cancelamento e novo prazo de vigência dessas obrigações orçamentárias. De acordo com o art. 3º a STN fará o cancelamento dos saldos de RPNP inscritos ou reinscritos até o exercício de 2016 que não forem liquidados até 31/12/2019, não fazendo distinção entre a origem e a destinação dos recursos.

Tal medida retirou/excluiu a exceção prevista no art. 68, § 3º, inciso II do Decreto Nº 93.872/1986, que abrange tanto os recursos destinados à MDE quanto os do PAC, financiados com estes recursos.

Ademais a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Administração, instituiu Portaria que constituiu comissão para gerenciar os restos a pagar. E neste sentido vem trabalhando no intuito de reduzir este estoque por meio de solicitações quanto à análise dos saldos, cancelamentos de empenhos e outras medidas que visam a evitar a inscrição/reinscrição sucessiva e desnecessária de empenhos, sem que a execução da despesa (obras/serviços/aquisições) tenha sido iniciada.

➤ Nota 15 - Ingressos

De acordo com a Lei Nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra

orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no exercício de 2018. Verifica-se que as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 6,73 milhões. Esse valor representa apenas 0,69% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes das transferências do Ministério da Educação, que representa 87,91% dos ingressos.

Conforme tabela a seguir, apresentam-se os ingressos ocorridos até o 4º trimestre de 2018 em comparação com mesmo período de 2017. Verificou-se que as receitas orçamentárias tiveram um decréscimo de 30,17% em relação ao mesmo período em 2017. Esta diferença justifica-se pela realização de processos seletivos e concursos públicos (16100211 - Inscrição em concursos e processos seletivos -principal) em maior número em 2017, bem como os valores arrecadados na conta (19219911- Outras Indenizações Principal) referentes em sua maior parte a ressarcimento de pessoal cedido cuja execução foi maior no exercício de 2017.

TABELA – Total Ingressos

INGRESSOS	2018	2017	AH(%)	AV%
Receitas Orçamentárias	6.728.153,33	9.634.632,85	(30,17)	0,69
Transferências Financeiras Recebidas	856.059.607,10	848.672.418,27	0,87	87,91
Recebimentos Extra orçamentários	92.415.617,51	44.968.864,69	105,51	9,49
Saldo do Exercício Anterior	18.613.316,81	14.291.492,12	30,24	1,91
Total	973.816.694,75	917.567.407,93	-	-

Fonte: SIAFI

TABELA – Receitas Arrecadadas por Natureza

Natureza Receita		2018	2017	AH%	AV%
13100111	Alugueis e Arrendamentos-Principal	334.847,44	237.240,03	41,14	4,98
16100111	Serv. Administrativo. e Comerciais Gerais - Principal	4.190.586,44	4.223.470,62	-0,78	62,28
16100211	Inscr. Concursos e Proc. Seletivos - Principal	775.210,84	2.367.150,40	-67,25	11,52
16100411	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	115.351,09	232.848,00	-50,46	1,71
13100112	Multas e Juros - Serviços/Contratos	201.133,24	162.258,53	23,96	2,99
19219911	Outras Indenizações - Principal	108	957.992,85	-99,99	0
19220111	Restituição De Convênios - Primarias-Principal	135.812,31	35.046,62	287,52	2,02
19220611	Restituição de Desp. de Exercícios anteriores/convênios-Principal	-	124.182,16	-100	-
19229911	Outras Restituições - Principal	973.103,97	1.284.367,00	-24,23	14,46
19909911	Outras Receitas/Serviços - Primarias-Principal	2.000,00	10.076,64	-80,15	0,03
Total		6.728.153,33	9.634.632,85	-30,17	100

Fonte: SIAFI

➤ **Nota 16 – Recebimentos Extra Orçamentários**

Nos Recebimentos Extra Orçamentários são evidenciados a Inscrição de Restos a Pagar processados e não processados, os depósitos restituíveis e valores vinculados a outros recebimentos Extra Orçamentários.

Em relação aos Restos a Pagar Processados inscritos em 2018, podemos destacar na tabela abaixo que a grande maioria são relativos a Pessoal e Encargos Sociais. Justifica-se este valor em virtude da implantação do novo

fluxo de Emissão de Ordens Bancárias ocorrido no dia 31/12/2018. Desta forma, as ordens bancárias referentes à folha de pagamento do mês de dezembro só foram emitidas no dia 02/01/2019, bem como o envio do respectivo financeiro ao Banco.

TABELA - Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesa

	Grupo de Despesa	RPP Inscritos 2018	RPP Inscritos 2017	AH(%)
1	Pessoal e Encargos Sociais	51.551.176,17	76,25	67.607.999,90
3	Outras Despesas Correntes	6.514.475,78	3.814.481,80	70,78
4	Investimentos	11.011,10	83.115,62	-86,75
	Total	58.076.663,05	3.897.673,67	1.390,03

Fonte: SIAFI

➤ **Nota 17 - Dispêndios**

Do total dos dispêndios registrados no BF, o item de maior representatividade está relacionado às Despesas Orçamentárias, que representa 86,33% do montante.

As despesas orçamentárias possuem duas classificações, ordinárias e vinculadas. As Despesas Orçamentárias Ordinárias compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinadas a atender a quaisquer finalidades. As Despesas Orçamentárias Vinculadas compreendem aquelas cuja destinação é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos etc.

TABELA – Total dos Dispêndios

Dispêndios	2018	2017	AH(%)	AV(%)
Despesas Orçamentárias	840.744.377,42	828.934.638,18	1,42	86,33

Transferências Financeiras Concedidas	18.078.481,30	18.587.856,14	(2,74)	1,86
Despesas Extra orçamentárias	47.886.357,51	51.431.596,80	(6,89)	4,92
Saldo para o Exercício Seguinte	67.107.478,52	18.613.316,81	260,53	6,89
Total	973.816.694,75	917.567.407,93	-	-

Fonte: SIAFI

Conforme tabela abaixo as despesas ordinárias representam 79,73% do total das despesas orçamentárias e o aumento do valor dessas despesas em relação ao ano anterior deve-se, principalmente, ao crescimento das despesas discricionárias. As despesas vinculadas estão relacionadas a função precípua do órgão (Educação) e correspondem a 20,27% das Despesas Orçamentárias, sendo que 80,70% do seu valor está relacionada a função Seguridade Social (Exceto RGPS).

TABELA – Composição das Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	2018	2017	AH (%)	AV(%)
Ordinárias	670.323.965,49	201.289.735,81	233,01	79,73
Vinculadas	170.420.411,93	627.644.902,37	-72,85	20,27

Fonte: SIAFI

➤ **Nota 18 - Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro foi obtido pela dedução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício anterior”. Conforme apresentado na tabela abaixo, o resultado financeiro do período de 2018 foi superavitário no montante de R\$48,49 milhões.

TABELA - Resultado Financeiro do Período

Ingressos	2018	2017	AH%
(-) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	67.107.478,52	18.613.316,81	260,53

Dispêndios	2018	2017	AH%
(+) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	18.613.316,81	14.291.492,12	30,24
(=) Resultado Financeiro	48.494.161,71	4.321.824,69	1.022,08

Fonte: SIAFI

➤ Nota 19 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC é possível identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa e ainda o saldo de caixa na data da elaboração, classificando-se os fluxos em Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos.

A partir desses dados, é possível identificar se os recursos movimentados no caixa e equivalentes de caixa advêm do próprio esforço da entidade, da alienação de ativos ou de terceiros e como estes foram aplicados. Essas informações constituem a base para avaliar a responsabilidade na gestão do patrimônio e para a tomada de decisões.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF.

Portanto, no exercício de 2018, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 48,49 milhões, apresentando um crescimento significativo em relação ao mesmo período de 2017, de 1.022%, conforme tabela abaixo.

Cabe destacar que conforme evidenciado na tabela abaixo, a evolução de 260,53% na conta Caixa e Equivalentes de Caixa justifica-se em razão da implantação do novo fluxo de Emissão de Ordens Bancárias ocorrido no dia 31/12/2018. Desta forma, as ordens bancárias referentes à folha de pagamento do mês de dezembro só foram emitidas no dia 02/01/2019, bem como o envio do respectivo financeiro ao Banco.

TABELA - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF X DFC	2018	2017	AH(%)
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex: Seguinte)	67.107.478,52	18.613.316,81	260,53
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex: Anterior)	18.613.316,81	14.291.492,12	30,24
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.494.161,71	4.321.824,69	1.022,08

Fonte: SIAFI

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.

Verifica-se que as atividades operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária, apresentando um acréscimo de 86,92% de 2017 para 2018, passando de R\$ 40,31 milhões para R\$ 75,34 milhões.

TABELA - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa das Atividades

Atividades	2018	2017	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	75.347.124,80	40.310.812,95	86,92
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-26.852.963,09	-35.988.988,26	-25,39
Total	48.494.161,71	4.321.824,69	1.022,08

Fonte: SIAFI

➤ Nota 20 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O fluxo das atividades operacionais representa as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão, geradas com o intuito de atingir o objeto social da entidade, podendo ser considerado a principal atividade geradora de caixa.

O total de ingressos com as atividades operacionais no exercício de 2018 foi de R\$ 865,67 milhões, contra R\$ 859,18 milhões do mesmo período de 2017. Dos ingressos, os itens que tiveram a maior contribuição para o resultado superavitário foram as Transferências Financeiras Recebidas, com R\$ 856,06 milhões seguido de Receita de Serviços com R\$ 5,08 milhões. Ambos representam 99,48% do total dos ingressos.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pela UFPI do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública.

TABELA - Atividades Operacionais - Composição dos Ingressos

Atividades das Operações	2018	2017	AH (%)	AV(%)
Ingressos	865.674.477,53	859.180.165,83	0,76	100
Receitas Derivadas e Originárias	6.728.153,33	9.634.632,85	-30,17	0,78
Receita Patrimonial	335.003,82	238.318,05	40,57	0,04
Receita de Serviços	5.081.865,83	6.826.767,57	-25,56	0,59
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.311.283,68	2.569.547,23	-48,97	0,15
Outros Ingressos das Operações	858.946.324,20	849.545.532,98	1,11	99,22
Ingressos Extraorçamentários	2.066.653,42	438.860,91	370,91	0,24
Transferências Financeiras Recebidas	856.059.607,10	848.672.418,27	0,87	98,89
Arrecadação de Outra Unidade	820.063,68	434.253,80	88,84	0,09

Fonte: SIAFI

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária.

No exercício de 2018, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias, totalizaram R\$ 790,33 milhões, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 524,70 milhões, representando 66,39% do total, seguida da função Previdência Social dos servidores, com R\$ 161,17 milhões, representando 20,39%.

Dos desembolsos extra orçamentários, no total de R\$ 21,02 milhões, as Transferências Financeiras Concedidas foi o item que apresentou o maior montante, R\$ 18,07 milhões, representando 86% do total de Outros Ingressos das Operações.

TABELA - Atividades Operacionais - Composição dos Desembolsos

Atividades Operacionais	2018	2017	AH (%)	AV%
Desembolsos	-790.327.352,73	-818.869.352,88	-3,49	100,00
Pessoal e Demais Despesas	-687.739.746,02	-721.200.285,37	-4,64	87,02
Previdência Social	-161.174.485,29	-164.565.315,16	-2,06	20,39
Saúde	-1.590.445,25	-2.874.015,02	-44,66	0,20
Educação	-524.696.996,73	-553.037.324,62	-5,12	66,39
Urbanismo	-4.637,75	0		0,00
Ciência e Tecnologia	-222.996,50	-239.107,50	-6,74	0,03
Organização Agrária	-	-484.523,07		
Encargos Especiais	-51.535,00	0		0,01
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.350,50	0		0,00
Transferências Concedidas	-81.566.377,49	-78.645.408,91	3,71	10,32
Intragovernamentais	-81.401.120,01	-78.604.160,65	3,56	10,30
Outras Transferências Concedidas	-165.257,48	-41.248,26	300,64	0,02
Outros Desembolsos das Operações	-21.021.229,22	-19.023.658,60	10,50	2,66
Dispêndios Extraorçamentários	-2.040.772,29	-435.802,46	368,28	0,26
Transferências Financeiras Concedidas	-18.078.481,30	-18.587.856,14	-2,74	2,29
Demais Pagamentos	-901.975,63	0		0,11

Fonte: SIAFI

➤ **Nota 21 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. No exercício de 2018 não houve nenhum ingresso desta natureza.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que os desembolsos resultaram num fluxo deficitário de R\$ 26,85 milhões, 25,39% menor do que o valor do investimento em 2017.

TABELA - Atividades de Investimento - Composição dos Dispendios

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	2018	2017	AH (%)
Desembolsos	-26.852.963,09	-35.988.988,26	-25,39
Aquisição de Ativo Não Circulante	-26.852.963,09	-35.645.150,26	-24,67
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-343.838,00	

Fonte: SIAFI

➤ **Nota 22 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

A UFPI não se utiliza dessas atividades para o desenvolvimento de suas ações. Contemplando como fontes de receitas apenas a arrecadação de Receitas Próprias e as Transferências Financeiras Recebidas do MEC e/ou de outros órgãos decorrentes de Termos de Execução Descentralizada - TED.

ANEXOS E APÊNDICES

Declaração de Integridade

A Universidade Federal do Piauí, no ano de 2017, por meio da **Resolução CAD Nº 08/17**, de 28/04/2017, instituiu dentro da Pró-reitora de Planejamento e Orçamento, a **Diretoria de Governança**. A esta diretoria está vinculada duas coordenações: a **Coordenadoria de Avaliação e Estatística** e a **Coordenadoria de Planejamento Administrativo**. A Diretoria de Governança, com o apoio das suas coordenações, é encarregada da coordenação e elaboração de relatórios anuais solicitados por órgãos de controle interno e externo.

A coleta, a consolidação das informações para elaboração ao plano de atividades e de gestão dos órgãos da administração superior foram atribuídas à Diretoria de Governança e às coordenações.

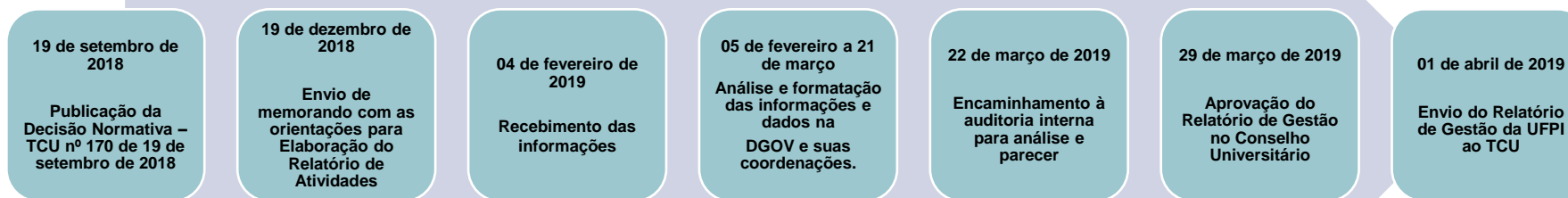
Por meio de memorandos foram solicitados os relatórios de atividades, bem como o relatório de gestão de cada uma das unidades da UFPI. De posse desses dados, seguiu-se a análise e construção do Relatório Integrado.

Procurou-se na elaboração deste relatório, integrar os dados e informações recebidas para apresentar um relatório no modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União. A figura abaixo ilustra esse processo de elaboração do Relatório de Gestão desta IES.

A medida para que os responsáveis das unidades participem mais ativamente da elaboração do relatório foi estabelecida uma forma diferente de solicitação em relação ao ano anterior. Neste ano já reformulamos as solicitações, incluindo as orientações e esclarecimentos quanto ao relatório integrado de modo que as informações foram enviadas com uma formatação diferente dos anos anteriores, mas necessitando ainda de aprimoramentos.

Pretende-se que nos próximos anos a Instituição atinja uma maior maturidade e que seja possível a discussão integrada entre gestores das unidades, o que no nosso entendimento, dada a complexidade da estrutura, deve acontecer nos próximos dois anos, sendo esse o prazo para que a declaração conjunta seja incluída.

FIGURA – Processo de Elaboração Relatório de Gestão 2018



QUADRO - Demonstrativo da Alocação de Recursos por Origem e Objetivos, Programado e Executado

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	PROGRAMADO	ATUALIZADO	EXECUTADO
31.90.01	Aposentadorias e Reformas	R\$ 135.215.904	R\$ 145.891.261,42	R\$ 145.555.660,22
31.90.03	Pensões	R\$ 23.029.924	R\$ 25.801.695,34	R\$ 25.671.282,89
31.90.04	Contratação por Tempo Determinado – Pessoal Civil	R\$ 16.743.754	R\$ 16.665.990,11	R\$ 16.058.486,09
31.90.07	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	R\$ 631.783	R\$ 1.350.000,00	R\$ 904.711,29
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 355.412.840	R\$ 382.553.652,47	R\$ 382.065.665,72
31.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 630.741	R\$ 1.085.922,42	R\$ 660.456,36
31.90.91	Sentenças Judiciais	R\$ 220.301	R\$ 3.037.061,49	R\$ 2.577.226,90
31.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 5.833.124	R\$ 669.000,00	R\$ 529.974,03
31.91.13	Obrigações Patronais	R\$ 79.431.469	R\$ 79.981.846,00	R\$ 73.545.844,12
31.91.92	Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 0	R\$ 22.166,00	R\$ 13.678,58
33.50.41	Contribuições	R\$ 630.000	R\$ 105.208,96	R\$ 97.388,62
33.90.04	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 0	R\$ 1.620.576,87	R\$ 1.582.909,93
33.90.08	Outros Serviços Assistenciais	R\$ 2.149.116	R\$ 2.106.727,08	R\$ 2.042.488,15
33.90.14	Diárias – Pessoal Civil	R\$ 893.760	R\$ 726.651,71	R\$ 725.791,07
33.90.18	Auxílio Financeiro Ao Estudante	R\$ 18.668.529	R\$ 18.940.152,03	R\$ 18.940.152,03
33.90.20	Auxílio Financeiro A Pesquisadores	R\$ 480.000	R\$ 680.500,00	R\$ 448.500,00
33.90.30	Material de Consumo	R\$ 12.372.359	R\$ 11.322.715,14	R\$ 11.287.715,14
33.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 2.428.443	R\$ 2.519.281,18	R\$ 2.519.281,18
33.90.35	Serviços de Consultoria	R\$ 0	R\$ 17.679,65	R\$ 17.679,65
33.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.922.901	R\$ 2.909.581,39	R\$ 2.804.482,02
33.90.37	Locação de Mão de Obra	R\$ 52.796.678	R\$ 52.615.378,99	R\$ 52.615.378,99
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 33.052.848	R\$ 25.802.984,28	R\$ 24.662.402,23
33.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	R\$ 0	R\$ 3.282.306,50	R\$ 3.251.106,50
33.90.46	Auxílio Alimentação	R\$ 17.086.128	R\$ 15.782.872,05	R\$ 15.730.542,19
33.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 0	R\$ 92.966,96	R\$ 42.624,70
33.90.49	Auxílio Transporte	R\$ 112.555	R\$ 128.754,00	R\$ 127.134,00
33.90.59	Pensões Especiais	R\$ 63.427	R\$ 63.427,00	R\$ 56.220,00
33.90.91	Sentenças Judiciais	R\$ 291.454	R\$ 6.287,76	R\$ 6.287,76
33.90.92	Despesas e Exercícios Anteriores	R\$ 0	R\$ 2.954.070,61	R\$ 2.909.727,21
33.90.93	Indenizações e Restituições	R\$ 7.063.116	R\$ 7.323.176,69	R\$ 7.323.176,69
33.91.39	Outros Serviços e Terceiros - Pessoa Jurídica (Intra)	R\$ 0	R\$ 490.429,65	R\$ 490.429,65
33.91.47	Obrigações Tributárias E Contributivas	R\$ 3.827.829	R\$ 4.061.146,68	R\$ 4.048.330,56
44.90.51	Obras e Instalações	R\$ 16.347.902	R\$ 1.066.252,91	R\$ 1.066.252,91
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.126.001	R\$ 3.065.587,33	R\$ 2.832.178,49
44.91.39	Outros Serviços De Terceiros PJ – Op .Int. Orc.	R\$ 0	R\$ 24.734,76	R\$ 24.734,76
TOTAL		R\$ 791.462.886	R\$ 815.373.767,00	R\$ 803.235.900,63

Fonte: CODEOR/PROPLAN

QUADRO - Principais iniciativas e resultados na área de TI por Cadeia de Valor

Cadeia de Valor	Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos) na Área de TIC	Principais Resultados (Benefícios e Impactos)
Suporte aos Processos de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas nos seguintes módulos do SIGAA: Ensino Médio, Ensino Técnico, Graduação, Lato Sensu, Stricto Sensu, Monitoria, Ensino à Distância, Ambientes Virtuais de Apoio ao Aprendizado, Diplomas, Estágio, Avaliação Docente, SISU; ▪ Consolidação dos módulos seguintes módulos do SIGAA: Monitoria e Estágio. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas ao Ensino; ▪ Maior eficiência na entrega dos serviços de ensino (médio, técnico, graduação e pós-graduação stricto e lato sensu) à comunidade; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos; ▪ Maior controle na gestão das bolsas de monitoria.
Suporte aos Processos de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas no módulo de Pesquisa do SIGAA; ▪ Manutenção do sistema de Bolsa Produtividade e integração com o SIGAA; ▪ Manutenção do sistema de Incentivo à Publicação e integração com o SIGAA. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas à Pesquisa; ▪ Maior eficiência na entrega dos serviços de Pesquisa à comunidade; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos; ▪ Maior controle nas atividades dos agentes.
Suporte aos Processos de Extensão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do módulo de Extensão do SIGAA; ▪ Customização de integração dos módulos de Graduação e Extensão para contemplar a curricularização das atividades de extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas à Extensão; ▪ Maior eficiência na entrega dos serviços de Extensão à comunidade; ▪ Conformidade legal sobre a curricularização das atividades de extensão; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos.
Suporte aos Processos de Assistência Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção e implementação de melhorias detectadas do sistema SINAIE; ▪ Implantação do módulo de Assistência ao Estudante (Restaurante Universitário). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas à Assistência Estudantil; ▪ Maior eficiência na assistência aos discentes em vulnerabilidade social; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos; ▪ Maior controle na gestão das bolsas concedidas.
Suporte aos Processos de Atividades Suplementares	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas no módulo da Biblioteca do SIGAA; ▪ Consolidação do módulo de autoatendimento da Biblioteca; ▪ Implantação do módulo da Biblioteca do SIGAA nos <i>campi</i> fora de sede; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas às Bibliotecas Comunitárias; ▪ Maior eficiência na entrega de Biblioteca à comunidade; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos; ▪ Maior controle na gestão do acervo.
Suporte aos Processos de	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas nos seguintes módulos do SIGRH: Administração de Pessoa, Capacitação, Cadastros, Férias, Frequência e Plano de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas à Gestão de Pessoas; ▪ Maior eficiência no atendimento aos servidores;

Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação dos seguintes módulos do SIGRH: Assistência ao Servidor, Atendimento ao Servidor, Conselhos e Comissões; ▪ Implantar os seguintes módulos do SIGRH: Aposentadoria, Avaliação de Desempenho, Banco de Vagas, Concursos, Dimensionamento e Financeiro; ▪ Melhoraria da Integração do SIGRH com o SIGEPE (SIAPE). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos; ▪ Otimização no desenvolvimento de atividades de gestão de pessoas.
Suporte aos Processos Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas nos seguintes módulos do SIPAC: Atendimento de Requisições, Almoxarifado, Catálogo de Materiais, Orçamento, Patrimônio Móvel, Patrimônio Imóvel, Protocolo; ▪ Consolidação dos seguintes módulos do SIPAC: Bolsas e Boletim de Serviços; ▪ Implantar os seguintes módulos do SIPAC: Auditoria e Controle Interno, Compras, Licitação, Contratos, Projetos/Convênios, Infraestrutura, Transportes; ▪ Manutenção da Integração do SIPAC com o SIAFI. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades meios de manutenção da Universidade; ▪ Maior eficiência no atendimento das demandas fim e meio; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos; ▪ Melhor gestão nos processos de licitação, compras e contratos; ▪ Melhor controle dos processos internos.
Apoio a Governança Corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas no módulo de Ouvidoria do SIGAA; ▪ Expansão do projeto de dados abertos; ▪ Expansão do projeto de transparência e acesso à informação; ▪ Manutenção e melhoria da integração do Módulo de Ouvidoria do SIGAA com o e-SIC; ▪ Integração do Módulo de Ouvidoria do SIGAA com o e-OUV. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão das atividades relacionadas ao atendimento ao público; ▪ Maior eficiência no atendimento ao público; ▪ Permitir respostas mais rápidas ao público; ▪ Maior eficiência na aplicação dos recursos envolvidos.
Gestão dos Serviços e Governança de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentação e implementação de melhorias detectadas no SINAPSE; ▪ Consolidação do Catálogo de Serviços de TIC; ▪ Integração do SINAPSE com demais sistemas SIG; ▪ Modelagem dos processos internos de suporte. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor gestão dos recursos de TIC; ▪ Maior eficiência no atendimento das demandas de TIC; ▪ Aumento das entregas de soluções tecnológicas por área finalística; ▪ Maior capacidade de atendimento as demandas estratégicas; ▪ Maior oportunidade de surgimento inovações.

Fonte: STI/UFPI